



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

RICARDO NASCIMENTO ABREU

**OS DIREITOS LINGÜÍSTICOS: POSSIBILIDADES DE
TRATAMENTO DA REALIDADE PLURILÍNGUE
NACIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2016**

RICARDO NASCIMENTO ABREU

**OS DIREITOS LINGUÍSTICOS: POSSIBILIDADES DE
TRATAMENTO DA REALIDADE PLURILÍNGUE
NACIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito da Universidade Federal de Sergipe, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jussara Maria Moreno Jacintho

**SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
2016**

RICARDO NASCIMENTO ABREU

Os direitos linguísticos: possibilidades de tratamento da realidade plurilíngue nacional a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Direito.

Aprovada em ____/____/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Jussara Maria Moreno Jacintho
Universidade Federal de Sergipe
Presidente

Prof^a. Dr^a. Flávia Moreira Guimarães Pessoa
Universidade Federal de Sergipe
Membro interno

Prof^a. Dr^a. Denise Leal Fontes Albano
Universidade Federal de Sergipe
Membro externo

À memória de Maria José Nascimento Abreu,
minha saudosa mãe.

“Eu gosto de imaginar que ela talvez tenha encontrado, afinal, um pouco da paz que todos buscamos e que apenas poucos de nós encontram um dia.” Autor desconhecido.

Ao amor e à cumplicidade que encontro em
Ingrid Kelly de Oliveira Correia, minha
esposa.

Agradecimentos

A trajetória de construção de um trabalho dessa categoria configura-se como um dos mais paradoxais momentos na vida de qualquer mestrando. É o momento da vida no qual fazemos novas amizades, alargamos nosso horizonte de saberes, dialogamos com diversos pesquisadores mundo afora e inserimo-nos numa comunidade intelectual que busca contribuir para o progresso responsável das ciências. Ao mesmo tempo, a tessitura de um trabalho dissertativo desse relevo nos conduz a uma solidão de proporções imagináveis apenas para aqueles que bravamente desafiaram-se a realizar tal empreitada.

Agradeço inicialmente a Deus por sempre me conduzir pelos caminhos do bem.

Quero deixar registrada a minha mais sincera gratidão à minha orientadora, Profa. Dra. Jussara Maria Moreno Jacintho, que, desde o início do curso, acreditou na viabilidade teórica desta pesquisa e trouxe a segurança necessária para que eu, neófito do Direito, pudesse dar os meus primeiros passos na pesquisa jurídica *stricto-sensu*.

Agradeço aos representantes dos grupos linguísticos minoritários, indígenas ou de imigração, com os quais tive contato e com quem pude compreender melhor o árduo processo que significa não ter a sua língua materna reconhecida pelo seu país.

Registro um agradecimento especial para a minha esposa, Ingrid Kelly de Oliveira Correia, por todo amor e por estar nessa empreitada integralmente junto comigo, pois sabemos exatamente onde queremos chegar.

Agradeço ao meu pai, Valdemar Alves de Abreu, e às minhas irmãs, Thaís Nascimento Abreu e Nívia Maria Nascimento Abreu, por serem meus pilares familiares e por acreditarem em meu potencial, até mais do que eu próprio acredito.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe e a todos os meus professores por contribuírem com debates e leituras que enriqueceram deveras a minha forma de compreender a ciência do Direito.

Agradeço também à Prof^a Dr^a Flávia Moreira Guimarães Pessoa; à Prof^a. Dr^a. Laura Camila Braz de Almeida e à Prof^a Dr^a Denise Leal Fontes Albano pelas valiosas contribuições que prestaram a esta pesquisa, tanto na qualificação quanto na defesa final do trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma por compartilharem os momentos de alegria e de angústia ao longo de todo o curso. Que Deus tenha reservado sempre o melhor para todos vocês!

Deixo aqui registrado os meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a efetiva materialização desta pesquisa e que torceram pelo meu sucesso.

“When a language dies, a way of understanding the world dies with it.”

George Steiner

“[...] Brasil democrático significa não apenas eleições direitas e Constituinte. Significa também o reconhecimento jurídico, institucional da pluralidade cultural e linguística da nação, e a formulação clara dos direitos e deveres que tal reconhecimento implica.”

Ruth Monserrat

RESUMO

A noção moderna de direito linguístico nos conduz ao menos à confluência de três marcos que passaram a balizar o relacionamento dos Estados nacionais e suas línguas: **um marco histórico**, que remete à elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que elevou os direitos linguísticos à categoria de direito humano e fomentou a positivação de um conjunto significativo desses direitos nas constituições de diversos países; **um marco jurídico-filosófico**, que, no Brasil coincide com a promulgação da Constituição da República de 1988, com o fortalecimento do neoconstitucionalismo e com uma visão centrada nos direitos fundamentais, **um marco teórico-epistemológico**, que apesar de fortemente interdisciplinar, é majoritariamente preenchido pelo desenvolvimento das pesquisas em Políticas linguísticas, na sociologia da linguagem e também na sociolinguística, as quais têm instrumentalizado pesquisas que têm gerado com dados significativos acerca da diversidade linguística dos Estados nacionais, definido critérios metodológicos seguros, além apresentar categorias de línguas a partir das quais os países podem balizar a elaboração de suas legislações. Outro ponto de relevo neste cenário é o fato de que os Estados, usualmente legislam acerca dos direitos linguísticos partindo de dois vieses normativos complementares, porém distintos: em um primeiro viés, **o direito das línguas**, que toma **as próprias línguas como objetos jurídicos a serem tutelados pelos Estados** e, em um segundo viés, **o direito dos grupos linguísticos**, que entende como sendo o objeto da tutela estatal **o direito fundamental dos indivíduos e dos grupos de utilizarem as suas próprias línguas e/ou a língua oficial do Estado em situações sociais formais ou informais**. Este estudo objetiva analisar a situação plurilíngue do Estado brasileiro sob o viés e sob as possibilidades da Constituição Federal de 1988, buscando extrair uma leitura que possa viabilizar a garantia de direitos linguísticos aos indivíduos e aos grupos falantes de línguas minoritárias, bem como compreender como o Brasil se apropria das línguas estabelecendo uma relação entre a sua língua oficial e as demais línguas constitutivas da sua diversidade linguística.

Palavras-chave: Direitos linguísticos, Direitos Fundamentais, Constituição da República Federativa do Brasil.

ABSTRACT

The modern notion of language rights leads at least to the confluence of three landmark that have come to mark out the relationship of nation states and their language: **a historical landmark**, which refers to the drafting of the Universal Declaration of Human Rights in 1948, which emerged linguistic rights to a human rights category and fostered the positivization of a significant number of these rights in the constitutions of various countries; **a legal landmark**, which, in Brazil coincides with the enactment of the Constitution of the Republic, in 1988 and the strengthening among us, of a vision centered on fundamental rights, **a theoretical landmark**, which although strongly interdisciplinary, is mostly populated by the development of researches on language policy, sociology of language and also in the sociolinguistics field, which have instrumented researches that has generated meaningful data about the linguistic diversity of national states, defined methodological safe criteria, besides presenting language categories from which, countries can guide the development of their legislation. Another hallmark of this scenario is the fact that states usually legislate about the linguistic rights starting from two complementary normative biases, but distinct: in a first bias, the languages law, taking their own languages as legal objects to be protected by the States and, in a second bias, the linguistic rights of individual and groups, who understands to be the object of state protects the fundamental right of individuals and groups to use their own languages and / or the official language of the state in social situations formality or informality. This study aims to analyze the Brazilian state plurilingual situation under the bias and on the possibilities of the Federal Constitution of 1988, trying to extract a reading that can enable the guarantee language rights to individuals and groups speakers of minority languages, as well as understanding how Brazil appropriates the languages spoken in its territory, establishing a relationship between the official language and other languages constitutive of its linguistic diversity.

Keywords: linguistic rights, Fundamental rights, Constitution of the Federative Republic of Brazil.

LISTAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Países que adotaram constituições após 1948 e que fizeram constar normas de direitos linguísticos	28
Quadro 2 – Países que não adotaram, em suas constituições, normas de direitos linguísticos	33
Quadro 3 – Categorias das línguas adotada pelo INDL	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – The tower of Babel (1262) – Pieter Bruegel	47
-------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O decréscimo da sobrevivência das línguas no mundo	88
----------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL E OS MARCOS INTERDISCIPLINARES DA CONCEPÇÃO DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS: POR UM TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA REALIDADE PLURILINGUE NACIONAL	20
1.1. A constitucionalização do Direito no Brasil	20
1.2. O marco histórico dos direitos linguísticos	27
1.3. Os marcos jurídico-filosóficos dos direitos linguísticos no Brasil	36
1.4. Os marcos teórico-epistemológicos dos direitos linguísticos	37
II. O DIREITO DAS LÍNGUAS	43
2.1. A ação dos Estados sobre as línguas	44
2.2. O mito do Estado brasileiro monolíngue e silenciamento dos conflitos linguísticos	51
2.3. O Direito Administrativo das línguas: a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil	57
2.3.1. As noções político-jurídicas das línguas oficiais e das línguas nacionais	59
2.4. O direito cultural das línguas: a diversidade linguística como direito fundamental na Constituição da República	65
2.4.1. A diversidade linguística como patrimônio cultural imaterial do Brasil: o processo de “nacionalização” das línguas brasileiras	69
2.4.2. Mecanismos de tutela para a defesa da diversidade linguística como bem jurídico de natureza difusa	76
III. O DIREITO DOS GRUPOS LINGUÍSTICOS	80
3.1. Minorias e minorias linguísticas	82
3.2. A natureza individual e coletiva do direito dos grupos linguísticos	91

3.3. O direito fundamental de utilizar a própria língua	93
3.3.1. O direito de utilizar a própria língua como um direito fundamental implícito	95
3.3.2. O direito de utilizar a própria língua como um direito fundamental explícito	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

A questão da linguagem desde sempre despertou no homem um conjunto de percepções que o conduziu a reflexões de diversas naturezas. Na antiguidade greco-romana, por exemplo, podemos resgatar no texto dialógico de Platão – *Crátilo* – um debate filosófico que, dentre outros aspectos, discutia a origem da linguagem e a relação entre as palavras e suas significações.

O povo grego, ainda que de forma intuitiva, pode ser visto como um dos primeiros povos que se tem registro a utilizar a linguagem na elaboração de um discurso de identidade, conforme nos mostra Robins (2004), relatando a façanha do historiador Heródoto que, por volta do início do século V a.C., quando as cidades-estados gregas estavam temporariamente unidas para combater os exércitos persas, fez correr no círculo dos delegados gregos que, entre os laços que os uniam para combater os inimigos, estava o fato de toda a comunidade grega ter o mesmo sangue e falar a mesma língua.

Outro fato incontestável é que, hodiernamente, as línguas deixaram de ser objeto exclusivo dos estudos realizados no bojo das ciências da linguagem e passaram a interessar, de forma intensa, quase toda a totalidade das ciências humanas e sociais, desde a antropologia, a filosofia, a psicologia, perpassando pela sociologia e mesmo pelo direito.

Fora dos muros da linguística, certamente é na sociologia que encontramos uma maior verticalização dos estudos da linguagem, os quais envolvem a relação entre língua e poder. Apesar de não termos, no Brasil, uma tradição consolidada em estudos da sociologia da linguagem, servimo-nos dos estudos de pesquisadores estrangeiros consagrados, a exemplo de Bourdieu (2008), Colmas (1996) e Hanks (2008), para desenvolver análises que perpassam pelo valor que as línguas possuem nas sociedades que as detêm, estabelecendo, por exemplo, hierarquias sociais entre falantes de línguas diferentes, ou ainda, entre falantes de variantes diferentes de uma mesma língua.

Ainda como resultado desse interesse pelo fenômeno da linguagem, no bojo dos estudos historiográficos, Burke e Porter (1993; 1997) e Burke (2010), sob o viés da História Cultural, apresentam novas possibilidades que contemplam que as línguas sejam, elas mesmas, objetos passíveis de uma tessitura historiográfica.

A virada linguística (*linguistic turn*) representa um verdadeiro marco na evolução do pensamento filosófico moderno e influencia diretamente as elaborações acerca das novas faces da hermenêutica jurídica moderna, através das obras de pensadores da estatura intelectual de Paul Ricoeur, Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer, entre outros.

A própria ciência do direito é formulada quase que na sua integralidade a partir das possibilidades que lhes são apresentadas pela linguagem. Seja na elaboração legislativa, na interpretação das normas e na construção de argumentações capazes de garantir a adesão do auditório universal, conforme nos ensina Chaïm Perelman em sua Teoria da Argumentação.

Como podemos perceber, a linguagem articulada, como objeto de estudos, extrapola os limites da linguística e constitui-se como um objeto privilegiado também das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. A sua existência entre os seres humanos é metalinguagem sobre a qual a ontologia se alicerça para explicar a própria existência da realidade. As línguas influenciam as economias e são por elas influenciadas, alteram o balanço dos micros e macros poderes nas sociedades, são veículos da produção cultural e, ao mesmo tempo, os meios de registro da cultura humana, são fonte e objeto para os que se debruçam sobre a tarefa de garantir a resolução dos conflitos sociais. Enfim, nada de novo há ao concluirmos que as línguas ocupam um lugar de centralidade na vida humana.

Há, porém, outro aspecto atinente às línguas que remetem à sua naturalidade, à forma como vez por outra ignoramos a sua existência, mesmo nos meios científicos. Já nas primeiras linhas da obra “*Linguagem, indivíduo e sociedade*” Porter (1993), referindo-se ao fazer historiográfico, alerta-nos que “*A linguagem é tão íntima da existência que tem sido há muito negligenciada pelos historiadores*”. De fato, há ainda faces dos usos e funcionamentos das línguas que se constituem como verdadeiros mistérios para a ciência. Maior ainda é o fosso existente entre aquilo que se sabe sobre as línguas e o conhecimento do homem médio sobre estes complexos sistemas que extrapolam a função meramente comunicativa. A difusão social do conhecimento que possuímos sobre as línguas e seus usos sociais é tão insipiente que não

há exagero algum em afirmar que, em alguns contextos, a própria palavra “linguística” representa um verdadeiro vocábulo vazio de significado para muitas pessoas.

O objetivo central desta pesquisa gravita em torno de um desses vários estranhamentos sobre a existência do fenômeno da linguagem em sociedade. O que se discutirá ao longo deste texto dirá respeito à possibilidade de considerar as línguas como objetos jurídicos possíveis de serem tutelados pelos Estados para fins administrativos e culturais, bem como com o fito de que sejam assegurados às pessoas, usuárias ou não destas línguas, direitos linguísticos capazes de conduzir à plenitude de uma vida digna e cidadã.

Não restam dúvidas de que um dos fatores que conduziram os chamados direitos linguísticos a uma zona acinzentada, no universo das ciências, tem relação com o fato de que este objeto situa-se numa zona fronteira entre duas áreas do saber, que possuem exigências epistemológicas e metodológicas muito distintas e que produzem seus contingentes de pesquisadores de maneira tal, para que possam dar conta dos seus objetos, desde que estes estejam contidos nos limites estabelecidos pelas suas próprias ciências, quais sejam: a linguística e o direito.

Essa compartimentalização das ciências em busca de exclusividade em seus objetos e de autonomia teórico-metodológica, e os seus efeitos danosos desse processo, tem-nos sido apresentada por alguns pesquisadores da epistemologia das ciências, a exemplo de Santos (2010), Bunge (1987) e Kuhn (2013) que, de forma recorrente, nos mostram que em pleno alvorecer do século XXI, o cenário que ainda se coloca sobre as ciências, apesar de haver um forte discurso que clama por uma necessária interdisciplinaridade científica, é de que as fronteiras erguidas entre os campos científicos continuam sólidas como rocha.

Um estudo dos direitos linguísticos, desse modo, exige uma consolidada incursão nos meandros de ambas as ciências para que, a partir do conhecimento do funcionamento e dos usos das línguas nas sociedades, possamos compreender como os Estados nacionais interferem no status políticos dessas línguas, fazendo com que os seus falantes tenham mais ou menos acesso ao conjunto de direitos que podem ser considerados como constitutivos de uma “cesta básica” que garante o acesso a uma vida cidadã. Para além disso, mas ainda como consequência direta desse processo de interferência estatal sobre as línguas, podemos

testemunhar, por exemplo, um esmaecimento da diversidade linguística dos povos por conta de ações ou omissões estatais em relação às suas línguas minoritárias/minorizadas.

Desse modo, a melhor técnica de gestão e planejamento das línguas, através da elaboração de instrumentos normativos e formulação de políticas públicas, bem como a busca da solução de conflitos linguísticos que desaguem na esfera do Poder Judiciário, exigem do legislador, do gestor público e do operador do direito um conhecimento baseado num lastro doutrinário que seja suficientemente capaz de balizar a tomada de decisão acerca da garantia dos direitos linguísticos dos grupos e a manutenção da pluralidade linguística existente no território sob a jurisdição de um determinado Estado. Afinal, conforme nos mostra Calvet (2007), *“não existe planejamento linguístico sem suporte jurídico”*.

Um levantamento preliminar do estado da arte dos estudos em políticas linguísticas e do universo do direito constitucional brasileiro demonstra uma exiguidade de pesquisas acerca dos direitos linguísticos no Brasil e uma consequente necessidade de verticalização da temática em ambos os campos do saber, com o fomento de mais análises que sejam capazes de descortinar o assunto e torná-lo mais acessível àqueles que atuam, seja no planejamento de políticas públicas, seja na elaboração e aplicação de legislação afeita ao tema. Assim, apesar de não reclamar para si um ineditismo temático, esta pesquisa visa contribuir com o debate nacional acerca dos direitos linguísticos, aspirando ser, em alguns de seus aspectos, útil para o desenvolvimento das políticas linguísticas nacionais. cremos residir neste ponto a força motriz da sua justificativa.

Apesar da pluralidade linguística ser um fenômeno existente em todo e qualquer Estado nacional, sem exceção, importa-nos, nesta pesquisa, compreender as possibilidades de tratamento da realidade plurilíngue brasileira, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Para fins de tessitura argumentativa, partiremos ainda, nesta pesquisa, de uma formulação básica, parcialmente inspirada em Calvet (2007) e que será a espinha dorsal da seleção dos marcos teóricos que embasam argumentativamente a sua elaboração, bem como da metodologia aplicada no processo de análise do objeto de pesquisa. Propomos aqui que o que se convém chamar de direito linguístico trata-se, na verdade, de um gênero passível de ser estudado, sob a ótica do direto, através de duas espécies, quais sejam: um direito das línguas e

um direito dos grupos linguísticos. Estes direitos, apesar de intimamente ligados, possuem características próprias que permitem taxonomia e tratamento metodológico diferenciado.

Em sede de introdução, podemos afirmar que o direito das línguas toma a(s) língua(s) como o próprio objeto jurídico a ser tutelado pelo Estado e possui natureza jurídica de direito fundamental de terceira dimensão e também, majoritariamente, de direito difuso, enquanto o direito dos grupos linguísticos toma o direito dos indivíduos e dos grupos de utilizarem as suas próprias línguas e viverem sob a organização da sua própria cultura linguística, além de apresentar natureza jurídica de direito fundamental de segunda dimensão e espectro individual e coletivo.

Com a finalidade de palmilhar os detalhes propostos nos objetivos estipulados para este estudo, esta dissertação foi subdividida em três capítulos sobre os quais passamos a tecer breves comentários introdutórios.

O primeiro capítulo, intitulado – *A constitucionalização do Direito no Brasil e os marcos interdisciplinares da concepção dos direitos linguísticos: por um tratamento constitucional da realidade plurilíngue nacional* – de clara inspiração barrosiana, visa discutir o processo de constitucionalização dos direitos linguísticos no Brasil através da apresentação de três marcos responsáveis pela materialização ou possível materialização desses direitos através da Constituição Federal de 1988. São eles: o marco histórico, os marcos jurídico-filosóficos e os marcos teórico-epistemológicos dos direitos linguísticos.

O marco histórico referenciará a noção moderna dos direitos linguísticos vinculando-os à inserção destes direitos no bojo dos direitos enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Esse processo foi capaz de alçar os direitos linguísticos à categoria de direitos humanos, podendo, desse modo, usufruir de uma série de princípios que possuem o condão de fortalecer esses direitos no âmbito dos Estados nacionais, bem como no seio da comunidade internacional.

O marcos jurídico-filosóficos que consideramos neste estudo coincidem com a ascendência do direito internacional dos direitos humanos, com a Promulgação da Constituição da República de 1988 e com o fortalecimento, entre nós, do neoconstitucionalismo e da Teoria dos Direitos Fundamentais.

Por fim, ainda no primeiro capítulo do presente estudo, esquadriharemos os marcos teórico-epistemológicos com os quais operaremos, dado o caráter interdisciplinar da análise no campo das ciências jurídicas, quais sejam: o campo das políticas linguísticas; a sociolinguística e, por fim, a sociologia da linguagem.

O segundo capítulo deste estudo – *O direito das línguas* – visa discutir o panorama brasileiro de nação plurilíngue assentado no mito da língua única. O argumento central deste capítulo gravita em torno da hipótese de que a elaboração de uma tradição inventada com o objetivo de manipular o imaginário coletivo nacional em torno da ideia de que, no Brasil, fala-se homogeneamente apenas uma única língua em todo o seu território, foi a responsável por fazer com que o Brasil figurasse no rol de nações que possuem um dos maiores quantitativos de línguas desaparecidas ou em vias de desaparecimento. Essas línguas em situação de risco, conhecidas pela doutrina internacional pela terminologia de *endangered languages*, são diretamente afetadas pelo mito do monolinguismo brasileiro e, em consequência disso, da negação da existência de conflitos linguísticos neste país.

Complementando os debates apresentados no segundo capítulo desse estudo, serão apresentadas a classificação das línguas constitutivas da diversidade linguística nacional e a abordagem da justificativa pela qual trabalharemos neste estudo com um *corpus* formado exclusivamente pela língua portuguesa, na condição de língua oficial do país, pelas línguas originárias ou indígenas, pelas línguas de imigração e, por fim, pela língua brasileira de sinais. Não abordaremos, neste momento, as realidades oriundas da diversidade intralinguística do português do Brasil, fruto de fenômenos variacionais e do contato linguístico com outros sistemas linguísticos. Abordaremos, ainda, algumas noções basilares bastante caras a este estudo, a exemplo das noções de língua nacional e língua oficial.

Ainda no capítulo segundo, o foco de análise será o direito das línguas através de uma abordagem sobre a forma através da qual os Estados se apropriam das línguas existentes em seu território com finalidades diversas. Analisaremos a natureza majoritariamente difusa dessa espécie de direito linguístico e faremos um estudo de uma política linguística desenvolvida pelo Estado brasileiro que toma as línguas constitutivas da diversidade linguística brasileira como um bem cultural a ser salvaguardado. Nesta linha, proporemos que a diversidade linguística enquadrada como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro deva ser tomada constitucionalmente como um direito fundamental atrelado ao direito fundamental à Cultura.

Visto por este ângulo e para finalizar as propostas do segundo capítulo deste estudo, discutiremos a possibilidade de propositura de ação civil pública e da ação popular para a defesa da diversidade linguística brasileira, por se tratar de patrimônio cultural imaterial e, portanto, consoante já mencionamos, bem de natureza difusa. Objetivamos, dessa forma, instrumentalizar aqueles que militam no terreno das políticas linguísticas com possibilidades de reclamar em juízo a proteção, difusão e salvaguarda das diversas línguas que compõem a realidade plurilíngue nacional, principalmente contra atos comissivos e omissivos do próprio Estado brasileiro que, por ainda estar mergulhado na ideia da nação monolíngue, omitiu-se (e omite-se), por diversas vezes, de assumir o protagonismo na formulação de políticas que fossem (e sejam) capazes de proteger seu patrimônio linguístico.

O terceiro e último capítulo desta pesquisa – *O direito dos grupos linguísticos* – trará o debate acerca da segunda espécie do gênero direitos linguísticos, qual seja, o direito dos indivíduos e dos grupos linguísticos de utilizarem as suas próprias línguas. Como um dos aspectos mais fortes que toma corpo nesta seção diz respeito à garantia de direitos linguísticos para as minorias linguísticas nacionais, buscaremos apresentar um conceito de minorias que seja possível de ser aplicado às questões atinentes às línguas e, em consequência, conceituaremos a noção de minoria linguística com base nos parâmetros que nos são oferecidos pela sociolinguística.

O foco central do capítulo se desenvolverá em torno da hipótese de que no ordenamento constitucional brasileiro é possível postular a existência do direito fundamental de utilizar a própria língua. Para concretização de tal empreitada, faremos uso dos instrumentos de direito internacional dos direitos humanos, dos quais o Brasil seja signatário e, através dos mecanismos contidos nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, buscaremos comprovar a existência de tal direito fundamental. Sendo possível tal construção interpretativa da Constituição Federal, as possibilidades de elaboração de leis infraconstitucionais que se inclinem a garantir direitos aos falantes das línguas minoritárias nacionais poderão ser deveras alargado, fazendo com que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam inserir em suas agendas proposituras de legislações e políticas públicas a longo prazo, ou mesmo ações afirmativas que concretizem direitos linguísticos à população falante, principalmente de línguas indígenas e de imigração.

Capítulo I

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL E OS MARCOS INTERDISCIPLINARES DA CONCEPÇÃO DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS: POR UM TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA REALIDADE PLURILINGUE NACIONAL

1.1. A constitucionalização do Direito no Brasil.

Apesar de a locução “constitucionalização do Direito” possuir significações diversas no bojo dos estudos jurídicos, a acepção que adotamos nesta pesquisa harmoniza-se com a proposta de Luís Roberto Barroso que entende que:

A ideia de constitucionalização do direito [...] está associada a um efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiológico se irradia, com força normativa, por todo o sistema jurídico. Os valores, os fins públicos e os comportamentos contemplados nos princípios e nas regras da Constituição passam a condicionar a validade e o sentido de todas as normas do direito infraconstitucional. (BARROSO, 2014a, 201-202).

Esse processo denominado de constitucionalização do Direito pode, desse modo, ser traduzido como o deslocamento das constituições para o centro do sistema jurídico dos estados nacionais, imprimindo às demais normas infraconstitucionais um processo de filtragem constitucional, através do qual absolutamente todas as normas de um dado Estado precisam, obrigatoriamente, estar em conformidade com o que for preconizado pela Constituição. Não seria absurdo afirmar, consoante o que foi exposto, que toda e qualquer interpretação jurídica passa a ser, necessariamente, uma interpretação constitucional.

Ainda no esteio das lições de Barroso (2014a), o processo de constitucionalização do Direito emerge no mundo a partir da segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, motivado pela proliferação de constituições rígidas nos Estados, bem como da multiplicação das cortes constitucionais, em detrimento a um passado de alta concentração de poderes nas mãos do legislativo.

O Estado constitucional de direito desenvolve-se a partir do término da 2ª Guerra Mundial e se aprofunda no último quarto do século XX, tendo por característica central a subordinação da legalidade a uma constituição rígida. A validade das leis já não depende apenas da forma de sua produção, mas

também da compatibilidade de seu conteúdo com as normas constitucionais. Mais que isso: a Constituição não apenas impõe limites ao legislador e ao administrador, mas lhes determina, também, deveres de atuação. A ciência do direito assume um papel crítico e indutivo da atuação dos Poderes Públicos e a jurisprudência passa a desempenhar novos papéis, dentre os quais se incluem a competência ampla para invalidar atos legislativos ou administrativos e para interpretar as normas jurídicas à luz da Constituição. (BARROSO; 2014a, 205).

No bojo das suas argumentações, Barroso (2014b) entende que o processo de constitucionalização do Direito deriva diretamente de um novo olhar sobre o direito constitucional, trazido pelo neoconstitucionalismo, e este precisa ser compreendido a partir de três marcos fundamentais: um marco histórico, um marco filosófico e um marco teórico.

O marco histórico do neoconstitucionalismo que desencadeou o processo de constitucionalização do Direito está intimamente relacionado ao constitucionalismo do pós-guerra e tem como paradigmas os processos de reestruturação do Direito Constitucional na Alemanha e na Itália, com as respectivas criações do Tribunal Constitucional Federal alemão, em 1951, e da Corte Constitucional italiana, em 1965, que passaram a subordinar, especialmente os seus diplomas cíveis às normas e aos princípios constitucionais.

O segundo marco apontado por Barroso diz respeito às questões filosóficas que influenciavam o Direito entre os séculos XIX e XX. A transição do positivismo jurídico para o que se convencionou chamar de pós-positivismo é a chave para a compreensão desse processo. Sobre esse aspecto, Paulo Ricardo Schier faz uma leitura bastante hiperbólica, porém elucidativa.

Viveu-se, no Direito, por longos e longos anos, sob o quarto escuro e empoeirado do positivismo jurídico. Sob a ditadura dos esquemas lógico-subsuntivos de interpretação, da separação quase absoluta entre direito e moral, da ideia do juiz neutro e passivo, da redução do direito a enunciados linguísticos, da repulsa aos fatos e à vida em relação a tudo que se dissesse jurídico, da separação metodológica e cognitiva entre sujeito de interpretação, da prevalência sempre inafastável das opções do legislador em detrimento das opções da Constituição e da criatividade hermenêutica do juiz, da negação de normatividade aos princípios e, assim, em grande parte, à própria Constituição.

Precisou o Neoconstitucionalismo trazer a luz e as águas reparadoras ao mundo do Direito. Agora, fala-se do pós-positivismo, da inevitável intervenção da moral na solução dos casos difíceis, da técnica da ponderação na aplicação do direito, no ingresso dos fatos e da realidade na própria estrutura da norma jurídica, reconhece-se certa liberdade interpretativa criativa dos magistrados, a intervenção de sua esfera de pré-compreensão no

processo decisório, a união linguística entre sujeito e objeto e, dentre outras conquistas, a afirmação da especial normatividade dos princípios. (SCHIER; 2007, 255).

Apesar de não coadunarmos com a polarização metafórica escuridão x luz proposta por Schier, pois esta sempre remonta a um olhar anacrônico do presente sobre o passado, entendemos que a enumeração e o contraste entre as características pertencentes ao período de orientação epistemológica do positivismo jurídico e do pós-positivismo serve-nos como um bom exemplo de como o marco filosófico neoconstitucionalista contribuiu para a consolidação do fenômeno da constitucionalização do Direito. Assim, de volta a Barroso (2007), podemos afirmar que um dos grandes avanços referentes ao fortalecimento do paradigma pós-positivista é a reaproximação entre o Direito e a Filosofia, permitindo repensar a hermenêutica jurídica, um dos grandes instrumentos de materialização do novo direito constitucional.

Em curtas linhas, podemos afirmar, de acordo com a lição de Barroso (2014), que o positivismo jurídico buscou tratar o direito, uma ciência social, com extrema objetividade científica, afastando-o para tal fim, da filosofia e da moral. Para os positivistas, o direito estava equiparado exclusivamente à letra da lei. Cabia ao operador do direito aplicar a lei ao caso concreto, não havendo margens para debates que extrapolassem o conteúdo da norma e que buscassem se socorrer no campo da moral e da ética.

Em uma releitura do próprio direito, o pós-positivismo se coloca como uma via de aproximação entre o direito, a moral e a ética, permitindo uma oxigenação do campo jurídico como ciência, na medida em que permite que o enunciado das normas jurídicas possa ter uma interpretação adaptável aos princípios morais que estão sendo cultivados pela sociedade num determinado momento histórico.

A doutrina pós-positivista se inspira na revalorização da razão prática, na teoria da justiça e na legitimação democrática. Nesse contexto, busca ir além da legalidade estrita, mas não despreza o direito posto; procura empreender uma leitura moral da Constituição e das leis, mas sem recorrer a categorias metafísicas. No conjunto de ideias ricas e heterogêneas que procuram abrigo neste paradigma em construção, incluem-se a reentronização dos valores na interpretação jurídica, com o reconhecimento de normatividade aos princípios [...]; e o desenvolvimento de uma teoria dos direitos fundamentais edificada sobre a dignidade da pessoa humana. (BARROSO, 2014, 271).

Por fim, completando a tríade proposta por Barroso (2014), cumpre-nos a apresentação do marco teórico que, segundo o importante jurista brasileiro, pode ser compreendido a partir de três aspectos: o reconhecimento da força normativa da constituição, a expansão da jurisdição constitucional e o desenvolvimento de uma nova dogmática constitucional.

No tocante ao processo de reconhecimento da força normativa das constituições, uma grande evolução diz respeito à atribuição desta força normativa tanto às regras constitucionais quanto ao fortalecimento de uma dogmática de princípios. Compreendeu-se que uma carta constitucional é um instrumento dotado de regras de aplicação mais objetiva, mas também deve possuir em seu bojo aspectos principiológicos que permitam aos intérpretes uma flexibilidade hermenêutica para dar respostas às demandas sociais que sempre se modificam com a própria sociedade. Ambos os caminhos normativos constitucionais, entretanto, são dotados de imperatividade. Assim, temos que

Sob o ponto de vista da vigência e coercitividade, regras e princípios não diferem. São ambos comandos normativos vinculantes, imperativos, decorrentes da vontade do poder constituinte. Possuem a mesma dignidade formal: são, em sentido lato, normas constitucionais e, por isso dotadas de autoridade que lhes conferem rigidez e supremacia da Constituição. Constituem, portanto, em diferentes medidas, verdadeiros parâmetros para o controle de constitucionalidade. (SCHIER; 2007, 256).

Essa diferenciação entre princípios e regras também é alvo da valoração barrosiana.

O reconhecimento de normatividade aos princípios e sua distinção qualitativa em relação às regras é um dos símbolos do pós-positivismo. Princípios não são, como as regras, comandos imediatamente descritivos de condutas específicas, mas sim normas que consagram determinados valores ou indicam fins públicos a serem realizados por diferentes meios. A definição do conteúdo de cláusulas como dignidade da pessoa humana, razoabilidade, solidariedade e eficiência também transfere para o intérprete uma dose importante de discricionariedade. Como se percebe claramente, a menor densidade jurídica de tais normas impede que dela se extraia, no seu relato abstrato, a solução completa das questões sobre as quais incidem. Também aqui, portanto, impõe-se a atuação do intérprete na definição concreta de seu sentido e alcance. (BARROSO; 2007, 214).

Indubitavelmente, a ascensão normativa dos princípios deu novo fôlego hermenêutico para os intérpretes da Constituição, proporcionando também uma nova vitalidade constitucional no que diz respeito aos processos de mudança social. Relações sociais que antes não encontravam abrigo e proteção do Estado passam agora a tê-los. Para

além disso, os direitos das minorias e dos grupos vulneráveis, que na acepção de Wolkmer (2013) compõem os “novos direitos”, passaram a ter tratamento protetivo diferenciado e, principalmente, essas minorias passaram a exigir do Estado, em nome principalmente da dignidade humana, o reconhecimento e a devida tutela protetiva dos seus direitos.

Não há dúvidas de que estamos vivenciando um apogeu principiológico capitaneado, principalmente pelo destaque que a dignidade da pessoa humana vem recebendo nas últimas décadas.

Dentre os princípios constitucionais, a dignidade da pessoa humana vem assumindo ares de protagonista e, na concepção de Schier (2007), em especial no Brasil, o referido princípio tornou-se eixo gravitacional de todo o sistema jurídico já que nada escapa ao *“imune toque mágico da dignidade humana”*.

Cumpramos ressaltar, neste momento, que a dignidade da pessoa humana é um princípio que pertence a toda humanidade, mas reside também no indivíduo. Assim, um fato que agrida o referido princípio, em apenas um indivíduo, atinge a humanidade inteira, pois nos afasta, a todos, da nossa própria humanidade.

O protagonismo principiológico da dignidade humana, tão sedutor, por exemplo, na elaboração de estratégias discursivas de proteção das minorias e dos grupos vulneráveis, possui, no entanto, um efeito colateral devastador, que consiste num relativo abandono do uso dos demais princípios, tão importantes quanto o da dignidade.

Assim que é de se considerar que no plano da Constituição de 1988, ao lado da dignidade humana, tem-se, com idêntico status jurídico-constitucional, a soberania, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo. Todos estes princípios possuem a mesma fundamentalidade, a mesma hierarquia, a mesma importância, a mesma dignidade constitucional. Logo, verifica-se, em nosso sistema, também uma outra nova abertura para a definição de fundamentalidade de direitos. Abertura que, diga-se de passagem, permitirá a adoção de uma dinâmica mais adequada dos direitos fundamentais, eis que poderá autorizar a projeção do conceito de fundamentalidade a outros importantes aspectos da vida contemporânea. Novos direitos fundamentais sociais poderão ser desenvolvidos não sob a égide da dignidade da pessoa humana, mas, sim, pelo manto da cidadania. Outros novos direitos, sociais ou individuais, na tradicional classificação, poderão emergir da vinculação aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Isso tudo possibilitará que se poupem esforços teóricos muitas vezes inconsistentes para demonstrar a vinculação de certos direitos sociais

fora do catálogo, na constituição ou em tratados internacionais, com a dignidade da pessoa humana. (SCHIER; 2007, 266).

No que diz respeito ao processo de expansão da jurisdição constitucional, este figurou como um fenômeno endêmico encaixado num recorte temporal que vai de 1951, na Alemanha até a década de 1988 no Brasil, perpassando pela Itália (1956), Rússia (1991) e África do Sul (1996), para citar apenas alguns.

Um fator que pode ser apontado como uma grande herança trazida pela expansão constitucional e que contribuiu sobremaneira para o fortalecimento da constitucionalização do Direito no mundo foi, sem dúvida, o advento do controle de constitucionalidade. Com a sua difusão, imediatamente, houve uma redução do poder discricionário da administração pública, bem como uma redistribuição dos poderes que se concentravam de forma bastante intensa no âmbito do poder legislativo de alguns estados nacionais.

O derradeiro elemento que pode ser reconhecido como catalisador do fenômeno da constitucionalização do Direito reside, indubitavelmente, no que se convencionou chamar de nova interpretação constitucional, ou nova hermenêutica. Neste sentido, as bases da interpretação constitucional positivista, que estavam ancoradas em aspectos demasiadamente estáticos, passaram a não dar conta de resolver as demandas complexas da contemporaneidade. Para além deste aspecto, uma ordem jurídica que se assentou fortemente numa dogmática principiológica fez com que os modelos interpretativos tradicionais encontrassem os seus limites, escancarando a necessidade de uma reaproximação do Direito e da Filosofia.

A nova interpretação incorpora um conjunto de novas categorias, destinadas a lidar com as situações mais complexas e plurais [...]. Dentre elas, a normatividade dos princípios (como a dignidade da pessoa humana, solidariedade e segurança jurídica), as colisões de normas constitucionais, a ponderação e a argumentação jurídica. Nesse novo ambiente, mudam o papel da norma, dos fatos e do intérprete. A norma, muitas vezes, traz apenas um início de solução, inscrito em um conceito indeterminado ou em um princípio. Os fatos, por sua vez, passam a fazer parte da normatividade, na medida em que só é possível construir a solução constitucionalmente adequada a partir dos elementos do caso concreto. E o intérprete, que se encontra na contingência de construir adequadamente a solução, torna-se coparticipante do processo de criação do Direito. (BARROSO, 2007, 335).

O processo de constitucionalização do Direito, no Brasil ganha forças a partir da promulgação da Constituição da República, em 1988. A partir desse momento, e com o fortalecimento do pós-positivismo no direito brasileiro, o novo texto constitucional brasileiro, fundado sob o valor da dignidade da pessoa humana, além de outros princípios, vem permitindo que a sociedade brasileira tenha instrumentos para discutir os chamados casos difíceis (*hard cases*), a exemplo da questão da legalização das uniões homoafetivas, a constitucionalidade das pesquisas com células tronco-embrionárias e a possibilidade de antecipação terapêutica de parto em caso de feto anencefálico.

Os efeitos do processo de constitucionalização do Direito no Brasil podem ser deveras percebidos em diversos ramos do Direito, a exemplo do Direito Civil, do Direito Administrativo e do Direito Penal.

No que diz respeito ao Direito Civil, o aspecto de maior relevância atine ao fato de este ramo do Direito, que figurava com absoluto protagonismo no ordenamento jurídico nacional, passou a subordinar-se diretamente à Constituição. Assim, a própria noção tradicional que polarizava o Direito em público e privado deixa de ser tão polarizada assim pois, a partir desse momento, o direito público se privatiza, uma vez que a Constituição passa a interferir diretamente nos negócios entre particulares; e o direito privado se publiciza, pois passa a subordinar-se ao fenômeno da filtragem constitucional.

Sobre esses processos de polarização e de constitucionalização do Direito Civil, Barroso (2014a) aponta três momentos distintos que foram vivenciados também no direito pátrio.

Em um primeiro momento, classificado como fase dos mundos apartados, o Direito Constitucional e o Direito Civil coexistiam de maneira independente. Às Constituições, desprovidas de força normativa e, portanto, de aplicabilidade imediata, incumbia convocar os Poderes Públicos para atuarem na elaboração de políticas públicas, não intervindo dessa forma, na vida e nos negócios dos particulares. O Código Civil, por outro lado, mormente era chamado de “constituição do direito privado”, tal era o seu grau de importância na regulação da vida social.

No segundo momento, classificado por Barroso como a fase da publicização do direito privado, há uma gradual intervenção do Estado na vida privada, em nome da proteção do lado mais frágil das relações jurídicas.

Por último, na derradeira fase, classificada como constitucionalização do direito civil, a Constituição passa a ser o centro singular do ordenamento jurídico e, todas as normas infraconstitucionais, inclusive as cíveis, passam a ter que ser submetidas ao processo da filtragem constitucional para que possam ser consideradas constitucionais e, assim, consigam manter a sua efetividade.

Ao pensarmos no processo de constitucionalização do Direito no Brasil e nas suas implicações no que diz respeito aos direitos linguísticos, somos conduzidos a contemplar um quadro que nos remete a um cenário de plurilinguismo não reconhecido devidamente pelo Estado, a eleição de uma língua à condição de idioma oficial e, por fim, um viés que considera a diversidade linguística como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro.

Nos três aspectos acima elencados, as características comuns que os unem e que dizem respeito diretamente ao processo de constitucionalização do Direito são a possibilidade de extrair tais direitos a partir de uma hermenêutica dos princípios constitucionais e o fato de que todos dizem respeito à possibilidade de tomar os direitos linguísticos como direitos fundamentais.

Utilizando-nos do modelo barrosiano, decidimos explorar a aproximação dos chamados direitos linguísticos com a Constituição da República partindo da análise de três marcos possíveis: um marco histórico, um marco normativo e, por fim um marco teórico-epistemológico que será subdividido, conforme sua natureza interdisciplinar, de acordo com a sua aproximação com três campos distintos do saber, quais sejam: as políticas linguísticas, a sociolinguística e a sociologia da linguagem.

1.2. O marco histórico dos direitos linguísticos

O marco histórico da noção moderna de direitos linguísticos remonta ao aparecimento dos instrumentos de direito internacional de direitos humanos (DIDH) que se potencializou após a Segunda Guerra Mundial, a partir da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Além de serem, os direitos linguísticos, reconhecidos de maneira equânime por todos os Estados signatários dos tratados e convenções internacionais a partir daí elaborados, a diferença mais marcante que atinge a conceituação dos direitos linguísticos postos nas constituições e legislações infraconstitucionais anteriores ou posteriores ao surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos consiste no fato de que, no segundo caso, estes direitos linguísticos foram alçados à categoria de direitos humanos e, dessa maneira, atraíram para si o conjunto de características que são atribuídas aos direitos desta natureza.

Por ser uma mera resolução da Organização das Nações Unidas e não um tratado internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não possui força vinculante em relação à comunidade internacional. No entanto, esse documento é visto como matriz da gênese de um conjunto de tratados, pactos e convenções internacionais que se ocupam de diversas temáticas afeitas aos direitos humanos, sendo capaz também de promover diretamente a positivação de suas normas no direito interno da maioria dos países do globo terrestre.

Prova incontestável da influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos no fortalecimento dos direitos linguísticos nas constituições dos Estados pode ser percebida no quadro abaixo, no qual são listados os países em cujas constituições foram inseridas normas de direitos linguísticos de qualquer natureza após o ano de 1948.

QUADRO 1 – PAÍSES QUE ADOTARAM CONSTITUIÇÕES APÓS 1948 E QUE FIZERAM CONSTAR NORMAS DE DIREITOS LINGUÍSTICOS

PAÍSES EM CUJAS CONSTITUIÇÕES CONSTAM NORMAS AFEITAS AOS DIREITOS LINGUÍSTICOS	DATA DA CONSTITUIÇÃO/EMENDA CONSTITUCIONAL
Afganistão	04 de janeiro de 2004
Albânia	04 de agosto de 1998
Argélia	19 de novembro de 1976
Andorra	28 de abril de 1983
Antígua e Barbuda	01 de novembro de 1981
Argentina	Emenda Const. de 1998
Armênia	05 de julho de 1995
Azerbaijão	12 de novembro de 1995

Bahamas	10 de julho de 1973
Barein	26 de maio de 1973
Bangladesh	10 de novembro 1986
Barbados	30 de novembro 1966
Bielorrússia	15 de março de 1994
Bélgica	17 de fevereiro de 1994
Belize	21 de setembro de 1981
Benin	11 de dezembro de 1990
Bolívia	01 de abril de 1994
Bósnia e Herzegovina	01 de dezembro de 1995
Botsuana	30 de setembro de 1966
Brasil	05 de outubro de 1988
Brunei	29 de setembro de 1959
Bulgária	12 de julho de 1991
Burkina Faso	27 de novembro de 1977
Burundi	13 de março de 1992
Camboja	21 de setembro de 1993
Camarões	18 de janeiro de 1996
Canadá	Emenda Const. de 1982
Cabo Verde	25 de setembro de 1992
República Centro-Africana	14 de janeiro de 1995
China	04 de dezembro de 1982
Colômbia	05 de julho de 1991
Comores	20 de outubro de 1996
República Democrática do Congo	14 de novembro de 1998
Costa Rica	Reforma Const. de 1997
Croácia	22 de dezembro de 1990
Cuba	Emenda Const. de 1992
Chipre	06 de agosto de 1960
Djibuti	04 setembro de 1992
República Dominicana	03 de novembro de 1978
Timor Leste	22 de março de 2002

Equador	05 de junho de 1998
Egito	11 de setembro de 1971
El Salvador	20 de dezembro de 1983
Guiné Equatorial	01 de setembro de 1988
Eritreia	Projeto de Const. de Julho de 1963
Estônia	28 de junho de 1982
Etiópia	08 de dezembro de 1994
Fiji	25 de julho de 1997
França	Emenda Const. de 25 de junho de 1992
Gabão	21 de março de 1991
Geórgia	24 de agosto de 1995
Alemanha	Emenda Const. de 1995
Grécia	11 de junho de 1975
Granada	19 de dezembro de 1973
Guatemala	Emenda Const. de 1993
Guiana	Emenda Const. de 1996
Haiti	10 de março de 1987
Honduras	20 de janeiro de 1982
Hungria	Emenda Const. de 1996
Índia	Emenda Const. de 1996
Indonésia	Emenda Const. de 2002
Irã	24 de outubro de 1979
Iraque	16 de julho de 1970
Itália	22 de dezembro de 1947
Costa do Marfim	03 de novembro de 1960
Jamaica	24 de julho de 1962
Jordânia	01 de janeiro de 1952
Cazaquistão	30 de agosto de 1995
Quênia	12 de dezembro de 1963
Kiribati	12 de julho de 1979
Coreia do Sul	09 de abril de 1992
Kuwait	11 de novembro de 1962

Quirquistão	05 de maio de 1993
Laos	15 de agosto de 1994
Letônia	Emenda Const. de 2002
Libéria	06 de janeiro de 1986
Líbia	11 de dezembro de 1969
Lituânia	25 de outubro de 1992
Luxemburgo	17 de outubro de 1868
Macedônia	17 de novembro 1991
Madagascar	19 de agosto de 1992
Malawi	16 de maio de 1994
Malásia	31 de agosto de 1957
Maldivas	27 de novembro de 1997
Mali	27 de fevereiro de 1992
Malta	21 de setembro de 1964
Ilhas Marshall	01 de março de 1979
Mauritânia	12 de julho de 1991
Ilhas Maurício	12 de março de 1968
Micronésia	12 de julho de 1978
Moldova	29 de julho de 1994
Mongólia	13 de janeiro de 1992
Marrocos	10 de março de 1972
Moçambique	16 de novembro de 2004
Namíbia	21 de março de 1990
Nauru	29 de janeiro de 1968
Nepal	09 de novembro de 1990
Nova Zelândia	Carta de Direitos de 1990
Nicarágua	09 de janeiro de 1987
Nigéria	01 de outubro de 1979
Omã	06 de novembro de 1996
Paquistão	10 de abril de 1973
Palau	09 de julho de 1980
Panamá	11 de outubro 1972

Papua Nova Guiné	16 de setembro de 1975
Paraguai	20 de junho de 1992
Peru	29 de dezembro de 1993
Filipinas	02 de fevereiro de 1987
Polônia	02 de abril de 1997
Portugal	02 de abril de 1976
Catar	02 de abril de 1970
Romênia	08 de dezembro de 1991
Rússia	12 de dezembro de 1993
Ruanda	30 de maio de 1991
Santa Lúcia	22 de fevereiro 1979
São Cristóvão e Nevis	19 de setembro de 1983
São Vicente e Granadinas	27 de outubro de 1979
Samoa	01 de janeiro de 1962
Senegal	03 de março de 1963
Seicheles	08 de junho de 1993
Singapura	16 de setembro de 1963
Eslováquia	03 de setembro de 1992
Eslovênia	23 de dezembro de 1991
Ilhas Salomão	07 de julho de 1978
Somália	23 de setembro de 1979
África do Sul	08 de maio de 1996
Espanha	29 de dezembro de 1978
Sri Lanka	31 de agosto de 1978
Suriname	30 de outubro de 1987
Suécia	01 de janeiro de 1975
Síria	12 de março de 1973
Tajiquistão	06 de novembro de 1994
Tailândia	27 de setembro de 1997
Togo	27 de setembro de 1992
Tunísia	01 de junho de 1959
Turquia	17 de outubro de 2001

Turquemenistão	18 de maio de 1992
Tuvalu	15 de setembro de 1986
Uganda	08 de outubro de 1995
Ucrânia	28 de junho de 1996
Emirados Árabes	02 de dezembro de 1971
Uzbequistão	08 de dezembro de 1992
Vanuatu	23 de janeiro de 1961
Venezuela	23 de janeiro de 1961
Vietnam	15 de abril de 1992
Iêmen	29 de setembro de 1994
Iugoslávia	27 de abril de 1992
Zâmbia	24 de agosto de 1991
Zimbábue	21 de dezembro de 1979

Fonte: UNESCO

Ainda segundo a UNESCO, dentre os países do mundo que possuem Constituição, apenas 22 não inseriram normas constitucionais explícitas que regulam direitos linguísticos.

QUADRO 2 – PAÍSES QUE NÃO ADOTAM, EM SUAS CONSTITUIÇÕES, NORMAS DE DIREITOS LINGUÍSTICOS.

Angola	Islândia	Serra Leoa
Austrália	Israel	Suazilândia
Butão	Japão	Tongo
Chile	Coreia do Norte	Trinidade e Tobago
República Tcheca	Mianmar	Reino Unido
Dinamarca	Países Baixos	Estados Unidos da América
Guiné Bissau	San Marino	Uruguai
República Dominicana		

Fonte: UNESCO

Sobre o posterior fomento à elaboração de instrumentos de direito internacional dos direitos humanos, exemplificativamente, percebemos que a temática da proibição da discriminação, presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos foi e continua sendo pauta constante na formulação de pactos e convenções, dentre os quais podemos citar o Pacto internacional sobre direitos civis e políticos, de 1966 (artigo 2º), e o Pacto internacional dos

direitos econômicos, sociais e culturais, de 1966 (artigo 2º). Para além desses dois importantes instrumentos normativos, podemos também elencar proibições à discriminação de natureza específica em normas internacionais a exemplo da Convenção nº III da OIT, sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão, de 1958 (artigo 1º); Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, de 1965 (artigo 1º); Convenção da UNESCO relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, de 1960 (artigo 1º); Declaração da UNESCO sobre a raça e os preconceitos raciais, de 1978 (artigos 1º, 2º e 3º); Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação baseadas na religião ou convicção, de 1981 (artigo 2º), e Convenção sobre os direitos da criança, de 1989 (artigo 2º).

Dentre o conjunto de instrumentos legais de direitos humanos que visam salvaguardar os direitos dos grupos minoritários dos Estados nacionais, destacamos a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (artigos 2º e 4º); o Pacto internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (artigo 13º); o Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos (artigo 27º) e, especificamente, a Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas.

O reconhecimento da existência das minorias linguísticas, contido no Art. 27 do Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos, representou um significativo avanço no campo dos direitos humanos linguísticos e trouxe para os Estados o ônus de zelar pelo cumprimento da norma, independentemente de quaisquer reconhecimentos prévios acerca da existência de minorias linguísticas em seus territórios. A partir deste momento, os Estados signatários do Pacto passaram a possuir a obrigação jurídica de zelar para que os direitos das minorias linguísticas sejam salvaguardados, podendo, eles mesmos, virem a ser fiscalizados acerca do cumprimento da norma internacional.

Na seara dos direitos linguísticos, certamente uma das consequências mais positivas geradas pelo Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos foi o fomento à formulação de outro instrumento por parte da Organização das Nações Unidas: a Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas.

O único instrumento autônomo das Nações Unidas especificamente dedicado aos direitos das minorias é a declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas. O texto da Declaração, ao estabelecer um equilíbrio entre, por um lado, os direitos das pessoas pertencentes a minorias de manter e desenvolver a sua própria identidade e as suas próprias características e, por outro lado, as correspondentes obrigações dos Estados, salvaguarda em última instância da integridade territorial e da independência política do conjunto da nação. Os princípios consagrados na Declaração aplicam-se às pessoas pertencentes às minorias, a par dos direitos humanos, universalmente reconhecidos e garantidos por outros instrumentos internacionais. (ONU, 2008, p. 9).

A Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 47/135, de 18 de dezembro de 1992, traz consigo o mérito de ser um documento que verticaliza as discussões acerca dos direitos das minorias, estimulando os Estados a reconhecer e proteger suas minorias de qualquer espécie.

Artigo 4º

1. Os Estados adotarão as medidas necessárias a fim de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer plena e eficazmente todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais sem discriminação alguma e em plena igualdade perante a Lei.
2. Os Estados adotarão medidas para criar condições favoráveis a fim de que as pessoas pertencentes a minorias possam expressar suas características e desenvolver a sua cultura, idioma, religião, tradições e costumes, salvo em casos em que determinadas práticas violem a legislação nacional e sejam contrárias às normas internacionais.
3. Os Estados deverão adotar as medidas apropriadas de modo que, sempre que possível, as pessoas pertencentes a minorias possam ter oportunidades adequadas para aprender seu idioma materno ou para receber instruções em seu idioma materno.
4. Os Estados deverão adotar, quando apropriado, medidas na esfera da educação, a fim de promover o conhecimento da história, das tradições, do idioma e da cultura das minorias em seu território. As pessoas pertencentes a minorias deverão ter oportunidades adequadas de adquirir conhecimentos sobre a sociedade em seu conjunto. (ONU, 2008, p. 29).

O caso brasileiro é deveras prototípico quando se pensa em defesa das minorias, pois vários grupos que historicamente tiveram acesso restrito à condição cidadã passaram a usufruir de direitos e, principalmente, do reconhecimento da sua existência e sua importância junto ao tecido social. Temos testemunhado, por exemplo, o exponencial aumento dos debates em torno da questão das minorias e a adoção de ações afirmativas que visam à intervenção do Estado nas relações sociais, com o fito de fomentar o desenvolvimento da igualdade material entre as minorias étnicas e o restante da população.

Entretanto, ponto que ainda merece ser desenvolvido pelo Estado brasileiro, posto que se encontra em estágio embrionário, é o reconhecimento das suas minorias linguísticas e as ações de garantia aos grupos linguísticos minoritários do usufruto do direito fundamental de utilizar suas próprias línguas nas mais diversas situações sociais.

1.3. Os marcos jurídico-filosóficos dos direitos linguísticos no Brasil

Sob nossa análise, os marcos normativos que embasam os direitos linguísticos no Brasil são quatro: o Direito Internacional dos Direitos Humanos; o amadurecimento do debate acerca do neoconstitucionalismo; a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil e o fortalecimento dos estudos acerca dos direitos fundamentais.

No que diz respeito aos direitos humanos, conforme visto no tópico anterior, a Declaração Universal dos Direitos Humanos fez surgir uma nova era para os direitos linguísticos, alçando-os à condição de direito humano. Após este fato, vários foram os tratados, pactos e outros instrumentos de direito internacional dos direitos humanos que abordaram a questão dos direitos linguísticos.

Outro marco jurídico-filosófico do direito que afeta diretamente as questões que se referem aos direitos linguísticos diz respeito ao processo de transição do positivismo jurídico para o pós-positivismo jurídico que, em última análise, foi a força motriz para o surgimento do neoconstitucionalismo, sobre o qual tratamos anteriormente.

A natureza interdisciplinar dos direitos linguísticos impõe-nos uma ligação muito forte com as mudanças de paradigmas que ocorrem não somente no interior da ciência da linguagem, mas também, principalmente, no bojo das ciências jurídicas.

Vivenciando um ambiente influenciado pelo pensamento neoconstitucionalista, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, trouxe inúmeras possibilidades de abordagem dos direitos linguísticos.

Indubitavelmente, a marca mais relevante que se pode depreender acerca dos direitos linguísticos na Constituição de 1988 é o fato de que, pela primeira vez na história constitucional do Brasil, houve a constitucionalização de uma língua oficial. Este fato gera, de

per si, um debate bastante necessário acerca do estatuto jurídico das demais línguas que não figuram como idioma oficial.

Outro aspecto de relevo acerca dos direitos linguísticos é o reconhecimento de alguns direitos linguísticos aos povos originários, como a possibilidade de utilização das suas próprias línguas durante o ensino fundamental.

Em relação aos direitos fundamentais, as normas constitucionais têm permitido operacionalizar duas leituras distintas acerca das línguas brasileiras: (a) na primeira delas, a diversidade linguística nacional é tomada como parte do direito fundamental à Cultura, ou seja, como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro, através de uma política pública que intenciona inventariar todas as línguas brasileiras para buscar formas de estimular sua preservação e salvaguarda; (b) em um segundo aspecto, pode-se extrair, de forma direta e indireta, leituras que autorizam conceber, na Constituição brasileira, o direito fundamental de utilização das suas próprias línguas por parte das comunidades indígenas e de imigração que ajudaram a compor a sociedade brasileira.

1.4. Os marcos teórico-epistemológicos dos direitos linguísticos

Eleger marcos teórico-epistemológicos que possam ser utilizados nos estudos acerca dos direitos linguísticos no Brasil não é tarefa das mais simples, afinal de contas, trata-se de um campo de estudos marcado pela interdisciplinaridade. Certamente, a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais é campo que constitui um dos marcos teóricos que aqui nos interessa, embora para fins desta pesquisa, decidimos agrupá-la no conjunto dos marcos jurídico-filosóficos dos direitos linguísticos.

Extrapolando os aspectos jurídicos dos direitos linguísticos, o caráter interdisciplinar que constitui marca indelével dos estudos nessa área nos autorizaria eleger, de forma segura, um conjunto considerável de campos científicos que contribuem para o seu desenvolvimento. Assim, quando nos referimos às análises em direitos linguísticos, cremos que as três áreas do conhecimento que podem ser destacadas como de suma importância para apoiar os estudos acerca desses direitos são: as Políticas Linguísticas, a Sociolinguística e a Sociologia da Linguagem.

O campo das Políticas Linguísticas, conforme nos mostra Louis-Jean Calvet, nasce a partir do sintagma “*language planning*”, em um estudo realizado por Einar Haugen, em 1959, no qual se buscava demonstrar a intervenção normativa do Estado Norueguês para a construção de uma identidade nacional, após um longo tempo de dominação da Dinamarca.

Depois dessa primeira aparição, não demorou muito para que outros pesquisadores mundo afora demonstrassem interesse em pesquisar as formas com as quais os estados nacionais se apropriam das suas línguas com o fito de realizar um planejamento linguístico ou a gestão das línguas que coexistem em seus territórios.

Para Calvet (2007), o campo das políticas linguísticas interessa-se em estudar, dentre outras questões, os seguintes aspectos das relações entre os Estados e suas línguas:

- a. Dados quantitativos sobre as línguas: quantas são e quantos são os seus falantes.
- b. Dados jurídicos sobre as línguas: o status das línguas que coexistem no mesmo território, se são reconhecidas ou não pela Constituição, se possuem autorização do Estado para serem utilizadas na Educação, na mídia, na gestão administrativa do próprio Estado.
- c. Dados simbólicos sobre as línguas: a taxa de prestígio que as línguas possuem no interior do Estado e como isso se reverte nas estratégias dos seus falantes na busca por exercer seus direitos de cidadão em seus próprios idiomas.

Souza e Roca (2015), deparando-se sobre a possibilidade de abordagem do objeto de estudos das políticas linguísticas, afirmam que este objeto pode ser analisados através do viés das políticas linguísticas declaradas pelo Estado, das políticas não declaradas, mas percebidas, e daquelas declaradas ou percebidas e que são efetivamente praticadas.

Utilizando-nos dessas noções propostas pelas pesquisadoras acima, seremos capazes de perceber, de forma mais ampla, como o Estado brasileiro alimentou e alimenta uma série de políticas linguísticas não declaradas com a finalidade de promover a ideia de nação monolíngue. Além disso, poderemos nos apropriar das políticas declaradas constitucionalmente, para verificar seus limites e possibilidades no que diz respeito ao tratamento da realidade plurilíngue do Brasil.

Em relação aos estudos em sociolinguística, Hamel (2003), discutindo as imbricações existentes entre a sociolinguística e os direitos linguísticos, lembra-nos que o processo de relação entre esses dois campos não esteve presente nos primeiros estudos sociolinguísticos quando os primeiros pesquisadores se inclinaram a conceber o uso de línguas como um direito. Para além disso, em escala mundial, esta relação foi sendo estabelecida paulatinamente, de início no conjunto dos países oficialmente plurilíngues e/ou aqueles que reconheciam a existência de línguas nacionais para além das suas línguas oficiais. A lista vem avançando de forma gradual em países com históricos peculiares de rejeição política à ideia de abrigarem uma realidade multilíngue. E é, sem sombra de dúvidas, nestes últimos países, que a importância dos estudos sociolinguísticos ganha vulto.

Ainda discorrendo sobre esta necessária simbiose, Rainer Enrique Hamel diz-nos que

Sem dúvida, a sociolinguística não pode substituir o trabalho das ciências do direito e da jurisprudência; pode, porém, descrever em detalhes os processos sociais e culturais em torno das línguas para as quais estão em jogo os direitos linguísticos. A partir do funcionamento das línguas em contextos multilíngues, cabe a ela identificar necessidades específicas das minorias etnolinguísticas e apontar, sempre que se apresentarem deficiências e efeitos perversos das políticas e legislações da linguagem. Este trabalho, em um contexto interdisciplinar, tem grande relevância, já que nem as ciências jurídicas, nem a antropologia têm as ferramentas necessárias para realizar estas tarefas, o que levou, em muitos casos, a regulamentações inapropriadas. (HAMEL, 2003, p. 66).

No Brasil, o que hoje nos autoriza a pensar na possibilidade de elaboração de políticas públicas que visem dar acesso aos devidos direitos linguísticos a todos, falantes de línguas minoritárias ou não, bem como desenvolver uma política de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas nacionais, através do implemento do Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL, é a fortuna crítica que nos é legada através das pesquisas sociolinguísticas que vêm, passo a passo, descortinando a verdadeira fisionomia linguística dos brasileiros e mitigando os efeitos nocivos da manipulação do imaginário coletivo da nação por meio da tradição inventada do monolinguismo baseado na língua portuguesa.

Não é exagero algum pensarmos que o sucesso que alcançaremos no desenvolvimento de qualquer política linguística assecuratória de direitos dependerá majoritariamente da contribuição dos estudos sociolinguísticos em várias frentes, tais quais: o estudo da formação

do português popular do Brasil, a análise dos contatos linguísticos em terras brasileiras, a descrição da totalidade das línguas indígenas existentes no país, as pesquisas acerca do estatuto das línguas nacionais de imigração, as possibilidades variacionais existentes nas línguas de sinais, entre outras.

Em matéria de abundância de fortuna crítica, a sociologia da linguagem situa-se em um polo oposto em relação à sua parente próxima, a sociolinguística, constituindo um campo de estudos com um limitado desenvolvimento no Brasil. Por este motivo, não raro os pesquisadores das ciências da linguagem, quando necessitam do seu aporte teórico, buscam abrigo no pensamento dos autores estrangeiros que possuem escritos nesta temática, a exemplo do Pierre Bourdieu, Maurizio Gnerre e William F. Hanks.

Tomando-se como foco as relações de poder que se estabelecem através das línguas e entre elas, também é comum o empréstimo de algumas noções conceituais de outros autores das ciências sociais, consoante iremos fazê-lo, a exemplo das noções de *civilização*(ou *processo civilizador*) e *tecnização* de Norbert Elias, das noções de *dispositivo* e de *poder* formuladas por Michel Foucault e do conceito de *sistemas peritos*, do Anthony Giddens.

Começemos, pois com um pensamento de Maurizio Gnerre que resume a importância da sociologia da linguagem como referencial teórico para os estudos acerca dos direitos linguísticos.

Uma variedade linguística vale o que valem na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua (*ou línguas diferentes*), e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional. (GNERRE, 2009, 6-7, acréscimo nosso)

Tomando Gnerre como ponto de partida, podemos, de forma cristalina, compreender o porquê de em sua elaboração de uma teoria dos bens simbólicos, Bourdieu elencar as línguas como um prototípico campo de aplicação dos seus estudos e decidir publicar “*A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*”. Este estudo que possui, entre outros méritos, a coragem de lançar críticas ao poderoso estruturalismo linguístico, bem como analisar as relações de poder que se revelam através das línguas, agregou aos debates acerca das relações de poder que se estabelecem entre os elementos língua e sociedade conceitos

importantíssimos, tais quais as noções de *hábitus linguístico*, *campo linguístico* e *mercado linguístico*, só para mencionarmos alguns.

Pensar em direitos linguísticos no bojo da pluralidade linguística no Brasil consiste em intervir na dinâmica, nem sempre justa, do mercado das línguas com o fito de equilibrar a balança entre os vários idiomas que coexistem no território brasileiro. Em linguajar bourdieusiano, implica em analisar a produção e a reprodução da língua legítima, isto é, a língua oficial e o impacto da sua instalação na concessão de direitos aos falantes das línguas minoritárias/minorizadas.

No mercado das línguas, por exemplo, os falantes das línguas indígenas de algumas comunidades podem sentir-se tentados a abandonar o seu *habitus* linguístico em favor da apropriação da língua do Estado, pois creem que esta língua é capaz de conferir para si uma distinção social. Este mesmo processo se deu, principalmente durante o século XIX e primeira metade do século XX, com os africanos e seus descendentes que, tomados por um discurso e pelas práticas que apontavam para uma língua portuguesa vista como língua de civilização em detrimento das suas próprias línguas, buscaram, como estratégia de sobrevivência, o apagamento das suas línguas para aprender o português.

Sobre este aspecto, a teoria dos processos civilizatórios de Elias nos mostra claramente a imposição de padrões de comportamentos dos grupos estabelecido e, portanto, usuário da língua portuguesa, em relação àqueles que se utilizam das minoritárias, quais sejam, os grupos *outsiders*. Estes últimos passam a acreditar que as suas línguas têm menor valor e, portanto, eles mesmos têm menor valor social por estarem vinculados a estas línguas.

A obra de Elias que trata diretamente do conceito de civilização – *O processo civilizador* – subdivide-se em dois volumes. No primeiro, com o subtítulo de – Uma história dos costumes – discute-se como fomos moldando nosso comportamento em diversos ambientes sociais a partir das pressões sociais advindas da permissão ou da censura em relação a esse comportamento. É nesse volume que se estabelece uma íntima relação entre os conceitos de cultura e civilização.

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem

juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. [...]

Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível *sua* de tecnologia, a natureza das *suas* maneiras, o desenvolvimento da sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais. (ELIAS, 1994, 23).

Nesse sentido, adquire certa lógica considerarmos que os objetos culturais, por serem, em essência mutáveis, estão propensos a essa ação civilizatória dos grupos. No nosso caso, a questão linguística reveste-se de outro aspecto diretamente ligado ao fato de que esse processo civilizatório fora disparado pelo Estado e fomentado por ele com o fito de legitimar a língua portuguesa como língua de civilização, representando, por conseguinte, as demais línguas na condição de “línguas com importância social secundária”.

Essa temática da manipulação dos bens culturais é fomentada no segundo volume da obra de Elias, cujo subtítulo – Formação do Estado e civilização – pondo luzes nas nuances que acompanham a sociogênese dos monopólios do Estado, bem como a formação de órgãos e instrumentos sociais através dos quais o Estado exerce o seu poder sobre o indivíduo inclusive, se necessário for, pelo uso legítimo da força.

O processo civilizatório, dessa forma, não diz respeito exclusivamente aos processos individuais de autocontrole e substituição de hábitos, sejam eles linguísticos ou de comportamento social. Está, também, diretamente ligado às ações do Estado no que tange às suas intenções em relação ao tecido social.

Ao eleger a língua portuguesa como língua oficial do Brasil, o próprio Estado brasileiro encarrega-se de implementar estratégias não declaradas de consolidação da sua política linguística, fomentando entre os indivíduos a valoração das normas linguísticas do português, tomando como referência um determinado padrão normativo construído e, classificando os falantes pelo parâmetro da proximidade ou da distância que eles mantêm em relação a este padrão.

Capítulo II

O DIREITO DAS LÍNGUAS

O direito das línguas constitui-se como uma espécie do gênero “direitos linguísticos” e que tem como objeto jurídico a ser tutelado pelo Estado as próprias línguas que estão sob a sua jurisdição. Claro que as decisões tomadas no âmbito do direito das línguas acabarão, secundariamente, por nortear a formulação de novas políticas de garantia de direitos linguísticos para os indivíduos e grupos, no que tange ao usufruto das suas próprias línguas. Entretanto, quando se pensa em direito das línguas, este caráter individual e coletivo é normalmente transcendido, dando espaço para um tratamento transindividual e de natureza difusa.

As duas principais formas mais comuns de percebermos o direito das línguas na nossa contemporaneidade advêm da necessidade do estabelecimento de políticas linguísticas para a gestão do Estado, além, é claro, da forma como os Estados lidam com o fenômeno da diversidade linguística em seus territórios, tomando esta diversidade como um problema de natureza cultural e que, portanto, por um lado (negativo), dependente de políticas linguísticas que visem à eliminação da diversidade com vistas a um monolinguismo ou, por outro lado, a elaboração de políticas de preservação da diversidade linguística como patrimônio cultural imaterial e, portanto, direito fundamental do seu povo.

No primeiro caso, temos normas jurídicas que compõem um **direito administrativo das línguas** e, no segundo, normas constitutivas de um **direito cultural das línguas**.

Passaremos a analisar, a partir desse momento, como essas duas subespécies do direito das línguas se formaram no país e se amparam hodiernamente na Constituição da República Federativa do Brasil.

2.1. A ação dos Estados sobre as línguas

As línguas podem ser consideradas uma das marcas identitárias mais antigas dos grupos humanos desde que estes perceberam sua natureza social, familiar e política, nos termos da clássica conceituação aristotélica de animal político, o “*anthropos physei politikon zoon*”¹. Assim, não é exagero falar que as políticas linguísticas podem ser vistas como uma das primeiras ações humanas no sentido de organizar-se enquanto grupos, os quais, mais tarde, dariam lugar aos Estados modernos.

A gestão das línguas nos grupos humanos sempre possuiu importância capital para governabilidade dos Estados, apropriação dos territórios e, em última instância, para a coesão identitária dos povos através da elaboração de um discurso mitológico fundador, na acepção

¹ O Centro de Estudos do Pensamento político, em Portugal, assim conceitua a noção aristotélica de animal político. “Quando Aristóteles proclama que *o homem é por natureza um animal político (anthropos physei politikon zoon)*, diz que a exigência da perfeição, a procura do bem melhor, a tendência para a realização daquilo que é o seu bem o impelem para a *polis*. Não diz que o homem se une na *polis* por um bem menor, como aquele que o leva à constituição da família, em nome da satisfação das necessidades vitais. Não diz apenas que o homem é um animal social, um animal que tende para a constituição de comunidades em geral, porque nem todas as comunidades são políticas. Diz que um determinado bem, o impele para uma certa espécie de comunidade, a *polis*. E que esse determinado bem é, precisamente, o bem melhor. O bem que, por natureza, lhe exige, não apenas que viva, mas que viva bem. O homem é um animal político, um animal da *polis*, um animal que tem tendência para constituir uma *polis*, que é a mais perfeita das comunidades e não uma qualquer sociedade. Ele podia ser um animal meramente social ou meramente familiar, sem ser um animal político. E por ser animal político, não deixa de ser um animal social e familiar, onde, além da base social, há a inevitável raiz animal. É que para Aristóteles o homem é um ser complexo: pertence ao mundo terrestre (*sublunar*), mas faz parte do mundo celeste (*supralunar*). Ele não é um deus nem um bruto, mas tem algo de deus e de animal. E a *polis* está cosmicamente situada na parte superior do mundo sublunar: *aquela que não tem polis, naturalmente e não por força das circunstâncias, é ou um ser degradado ou está acima da humanidade*. A razão da distinção do homem face os outros animais está no facto de que, ontologicamente, *o homem é único animal que possui a palavra*. O único animal que razoa, que é um *animal racional*, como dirão os romanos. O único animal comunicacional, como hoje diríamos. Assim, em Aristóteles, temos que a voz do homem não se reduz a um conjunto de sons. Não é apenas simples voz (*phone*), não lhe serve apenas para *indicar a alegria e a dor*, como acontece, aliás, nos outros animais, dado que é também uma forma de poder comunicar um *discurso (logos)*. Graças a ela o homem exprime não só *o útil e o prejudicial, como também o justo e o injusto*. É com base nestes pressupostos que Aristóteles proclama: *o homem é o único dos animais que possui a palavra. Ora, enquanto a voz não serve senão para indicar a alegria e a dor, e pertence, por este motivo, também aos outros animais (dado que a respectiva natureza vai até à manifestação das sensações de prazer e de dor, e a significá-las uns aos outros), o discurso serve para exprimir o útil e o prejudicial, e, por conseguinte, também o justo e o injusto: porque é especificidade do homem, relativamente aos outros animais, ser o único que tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e doutras noções morais e é a comunidade destes sentimentos que gera a família e polis*. Qualquer outra leitura deste entendimento aristotélico do conceito de animal político, não nos faria entender o que o mesmo autor escreve logo a seguir: a *polis* é, por natureza anterior à família e a cada um de nós considerado individualmente. O todo, com efeito, é necessariamente anterior à parte, dado que o corpo inteiro, uma vez destruído, faz com que não haja nem pé, nem mão, senão por mera homonomia ou no sentido em que se fala de uma mão de pedra: uma mão, deste género, será uma mão morta.”

de Chauí (2000, 2006); na elaboração de um imaginário coletivo, conforme Carvalho (1990) ou de uma tradição inventada, pela lavra de Hobsbawn (2008).

A relação entre língua e nação é uma construção histórica. A melhor prova disso é a ação dos Estados nacionais, no momento de sua consolidação, quando enfrentam a pluralidade de línguas e de linguagens (ou dialetos) preexistentes no território, pois este não era “nacional” e sim disperso sob várias formas (cidades, burgos, feudos, províncias). A ação estatal, por meio da lei e da escola, impõe uma língua única, de maneira que a língua nacional nada tem a ver com o “espírito do povo” ou o “caráter nacional”, mas é uma instituição social e política, historicamente determinada. (CHAUÍ, 2006, 54).

Quando pensamos em gestão das línguas, não há exemplo prototípico de maior relevo e simbologia na história da humanidade que a ilustração bíblica, contida no Gênesis XI, que fomentou, por séculos a fio, a tradição inventada de que a diversidade linguística no mundo seria a resultante de um castigo impetrado pelo próprio Deus aos homens, pela consequência direta da sua desobediência às ordens divinas.

E era toda a terra de uma mesma língua e de uma mesma fala.

E aconteceu que, partindo eles do oriente, acharam um vale na terra de Sinar; e habitaram ali.

E disseram uns aos outros: Eia, façamos tijolos e queimemo-los bem. E foi-lhes o tijolo por pedra, e o betume por cal.

E disseram: Eia, edificuemo-nos uma cidade e uma torre cujo cume toque nos céus, e façamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra.

Então desceu o SENHOR para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam;

E o SENHOR disse: **Eis que o povo é um, e todos têm uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer.**

Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro.

Assim o SENHOR os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade.

Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o SENHOR a língua de toda a terra, e dali os espalhou o SENHOR sobre a face de toda a terra. (BÍBLIA, Gênesis 11:1-9, grifos nosso).

Figura 1 - The tower of Babel (1562) – Pieter Bruegel.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_de_Babel#/media/File:Pieter_Bruegel_the_Elder_-_The_Tower_of_Babel_\(Vienna\)_-_Google_Art_Project_-_edited.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_de_Babel#/media/File:Pieter_Bruegel_the_Elder_-_The_Tower_of_Babel_(Vienna)_-_Google_Art_Project_-_edited.jpg) – (2015 – Domínio Público).

As representações contrárias ao plurilinguismo contidas na passagem bíblica acima formaram as balizas ideológicas para as justificativas e para a elaboração de políticas linguísticas durante todo o período medieval, estendendo os seus tentáculos até a modernidade. No medievo, a própria Igreja Católica passou a adotar a língua latina em suas liturgias religiosas e jurídicas, tramitando seus processos inquisitórios exclusivamente em latim, mesmo não sendo esta a língua das pessoas que figuravam como acusados.

Um importante testemunho acerca das práticas e representações linguísticas nos tribunais da Santa Inquisição nos é dado por Guinzburg (1987) que, ao narrar a história do processo inquisitório do moleiro italiano de Friuli, nascido em 1532, Domenico Scandela, conhecido como Menocchio, apresenta-nos um trecho no qual se percebe a revolta do moleiro com a impossibilidade de uso da língua italiana durante o seu julgamento.

Começou denunciando a opressão dos ricos contra os pobres através do uso de uma língua incompreensível como o latim nos tribunais: “Na minha opinião, falar latim é uma traição aos pobres. Nas discussões os homens pobres não sabem o que se está dizendo e são enganados. Se quiserem dizer quatro palavras, têm que ter um advogado.” (GUINZBURG, 1987, 51).

Neste mesmo período, a história nos traz o testemunho do início da expansão colonial de várias nações europeias que, agindo à maneira dos romanos, séculos antes, implementavam as suas línguas estatais como forma de agilizar a integração territorial e populacional aos novos seus novos domínios colonizados. Essa súbita expansão colonial fez com que as línguas europeias atingissem um estatuto político tamanho, que muitas delas ganharam para si academias de línguas cuja função primordial era a proteção da “pureza” das suas línguas nacionais.

Como exemplos destes templos de culto às línguas nacionais europeias, podemos citar: a *Académie Française*, em Paris (1635), *Accademia della Crusca*, em Florença (1583) e *La Real Academia Española*, em Madri (1713).

Modernamente, outro caso que nos mostra de forma bastante emblemática a interferência dos Estados na gestão das línguas diz respeito ao uso de uma língua crioula de Singapura chamada Singlish. Esta língua é a resultante do contato linguístico dos falantes de línguas locais, tais quais o Hokkien e o Malaio, com falantes de língua inglesa em meados do século XX.

Segundo os estudos de Wee (2005), o próprio Estado Singaporeano fomenta uma relação de discriminação com os falantes da língua crioula *singlish*, que se constituem como a maioria esmagadora da população, como podemos cotejar desse depoimento público dado pelo Primeiro Ministro de Singapura em 1999.

Singlish is not English. It is English corrupted by Singaporeans and has become a singapore dialect. Singlish is broken ungrammatical English sprinkled with words and phrases from local dialects and Malay which English speakers have difficulties in understanding. Let me emphasise that my message that we must speak Standard English is targeted primarily at

the younger generation. We should ensure that the next generation does not speak Singlish (Wee, 2005, 58).²

Por iniciativa do próprio governo de Singapura e com o objetivo de extinguir o *singlish* da vida cotidiana e administrativa do país, foi criado, em 29 de abril de 2000, o *Movimento para se Falar o Bom Inglês* (*Speak Good English Movement – SGEM*), e que conforme seu coordenador, o então Coronel David Wong.

We are trying to build a sense of pride, that as Singaporeans, we can speak good English as opposed to pride that we can speak Singlish. We are trying to check a trend in which younger Singaporeans are beginning to feel that it is perhaps a way of identifying themselves if they speak Singlish (Wee, 2005, 58)³

Dois anos mais tarde surge, dentro da própria esfera administrativa de Singapura, um segundo movimento para salvar a língua *singlish* e torná-la mais participativa nos negócios do Estado. A campanha *Salve o nosso Singlish*, lançada em 2002, buscava modificar o sentimento de autodepreciação que rondava o imaginário de grande parte da população. Em entrevista, o responsável pelo contra ataque esclarece

Why we're fighting for Singlish? Because it's simply a part of our culture. In fact, it may be the ONLY things that makes us uniquely Singaporeans. It mixes all various languages which to me, seems to spread multi cultural understanding. I thought way something to be proud of.

We are not asking you to switch to teaching Singlish in school as a subject. We're just saying, don't wipe out our culture by preventing it from being depicted on TV or radio. Don't be afraid of it. Don't be afraid of letting our radio and TV depict speech as normal people speak it. (Wee, 2005, 59)⁴.

² Singlish não é o inglês. É inglês corrompido por Cingapura e tornou-se um dialeto de Cingapura. Singlish é Inglês quebrado e agramatical, polvilhado com palavras e fases de dialetos locais e malaio que os falantes de inglês têm dificuldades de compreensão. Deixe-me enfatizar que a minha mensagem é de que devemos falar Inglês Padrão e isto deve ser direcionado principalmente para a geração dos jovens. Devemos assegurar que a próxima geração não fale o Singlish (Wee, 2005, 58).

³ Estamos tentando construir um sentimento de orgulho, que, como Cingapura, podemos falar um bom Inglês em oposição ao orgulho de que podemos falar Singlish. Estamos tentando construir uma tendência em que os jovens de Cingapura comecem a perceber que serão identificados como Cingapuriano se eles falarem o Singlish (Wee, 2005, 58)

⁴ Por que estamos lutando pelo Singlish? Porque é simplesmente uma porta de nossa cultura. Na verdade, pode ser a única coisa que nos torna singularmente cingapurianos. Mistura-se todos os idiomas diferentes, o que para mim, parece espalhar compreensão multi cultural. Eu pensei que de alguma maneira isto tudo fosse algo para se orgulhar.

Não estamos pedindo que você adote o Singlish na escola como uma disciplina. Estamos apenas dizendo para não acabar com a nossa cultura, impedindo-o de ser retratado na TV ou rádio. Não tenha medo dele. Não tenha medo de deixar que o nosso rádio e TV retratem o discurso tal qual as pessoas normais o falam. (Wee, 2005, 59).

O caso do *singlish* é um bom exemplo de como os estados nacionais buscam se apropriar das suas línguas como forma de consolidar um modelo identitário para o seu povo e, ainda, para organizar um sistema linguístico que possa ser utilizado pela própria burocracia estatal como forma de processar suas demandas.

As estratégias utilizadas pelos estados são as mais variadas possíveis. Pode-se, por exemplo, fortalecer uma determinada língua em detrimento das demais, através de uma rede escolar, do fomento ao preconceito e à discriminação dos falantes de outras línguas, do extermínio dos grupos falantes de outros idiomas e pelo uso perverso do discurso civilizatório em prol da língua que se deseja fortalecer.

Se tomarmos o caso da França, por exemplo, a ação do Estado se deu, majoritariamente, pela obrigatoriedade do uso do francês em todas as escolas e pela adoção de punições para aquelas pessoas que fossem flagradas utilizando-se de outras línguas, principalmente no ambiente escolar ou outros domínios públicos.

Take France, for example again, after 1870 French language already became the only one permitted to be used in schools. Students or teachers found to be using any other tongue could be severely punished. In the meantime the ability to read, write and speak French became a prerequisite for even the most minor civil services appointment and the use of French became compulsory for all official business. By the early 1900s in France local and regional dialects were primary mode of expression. Only of old people in the most insular areas. What is mentioned above indicates that when a state grows, the state requires the effective internal communication in as increasingly large scope. First the authority in charge of state governance needs to perform linguistic communication with the citizens of the state. Secondly, citizens of the state need to perform linguistic communication with the authority. Thirdly, citizens need to communicate with each other across the state for public affairs. (XING YU, 1992)⁵.

⁵ Tome a França, por exemplo, mais uma vez, depois de 1870, a língua francesa já havia se tornado a única língua permitida para ser usada nas escolas. Estudantes ou professores encontrados utilizando qualquer outra língua poderiam ser severamente punidos. Além disso, a capacidade de ler, escrever e falar francês tornou-se um pré-requisito mesmo para os menores serviços civis que exigissem nomeação e o uso do francês tornou-se obrigatório para todos os negócios oficiais. Até o início dos anos 1900, na França, dialetos locais e regionais foram os principais modos de expressão apenas de idosos nas zonas mais insulares. O que é mencionado acima indica que, quando um Estado cresce, o Estado exige a comunicação interna eficaz cada vez em maior alcance. Primeiramente, a autoridade encarregada da governança do Estado precisa realizar comunicação linguística com os cidadãos do próprio Estado. Em segundo lugar, os cidadãos do Estado precisam da língua para realizar a comunicação linguística com a autoridade. Em terceiro lugar, os cidadãos precisam se comunicar uns com os outros em todo o estado para assuntos públicos.

Não raro, basta nos debruçarmos sobre a história linguística de alguns países, mesmo na modernidade, e encontraremos algumas dessas estratégias sendo utilizadas isoladamente ou, em casos mais extremos, como foi o brasileiro, por uma mescla de todas essas formas em benefício da construção do mito da língua única em prol do português.

2.2. O mito do Estado brasileiro monolíngue e o silenciamento dos conflitos linguísticos

Neste estudo, partiremos da premissa devidamente comprovada pelos linguistas, antropólogos e historiadores brasileiros acerca da situação linguística nacional: O Brasil é e sempre foi um país multilíngue/plurilíngue⁶.

Assumir de pronto esta premissa nos permitirá encaminhar nossas argumentações para a esfera das relações existentes entre as línguas, a sociedade brasileira e o direito, ao passo que nos isentará, neste momento, da necessidade de discorrer detalhadamente acerca da história diversidade da linguística no Brasil que, definitivamente, não faz parte do escopo do objeto analisado nesta pesquisa.

Há uma vasta fortuna crítica que trata da história das línguas brasileiras entre os séculos XVI e XX e que, em um rol meramente exemplificativo, podemos citar Cardoso; Mota e Mattos e Silva (2006), Mattos e Silva (2004a), Mattos e Silva (2004b), Freire e Rosa (2003), Mendonça (1972), Galves; Garmes e Ribeiro (2009), Naro e Scherre (2007), Fiorin e Petter (2008), Melo (1975), Berazoti Filho (2002), entre muitos outros.

Optamos, entretanto, por um raciocínio introdutório inspirado em uma fonte que vem ganhando cada vez mais prestígio entre os pesquisadores das ciências humanas e sociais: a literatura.

Uma das cenas mais representativas dos processos político-linguísticos ocorridos no Brasil ao longo da sua história pode ser extraída de uma passagem da narrativa ficcional de Lima Barreto, em “O triste fim de Policarpo Quaresma”, na qual o Major Quaresma, grande

⁶ Nesse estudo os termos multilíngue e plurilíngue estão sendo tomados como sinônimos.

estudioso da língua tupi-guarani, dirige-se ao Congresso Nacional, peticionando para que esta língua indígena fosse alçada à condição de língua oficial e nacional do Brasil.

"Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro. O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênua para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática. Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura científica e filosófica. Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cōscio de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade P. e E. deferimento." (BARRETO, 1911, p. 22)

Na continuidade da sua onipresença narrativa, Lima Barreto transcreve a reação jocosa dos brasileiros que fizeram circular charges nos mais diversos jornais da época, retratando o Major Quaresma como um louco. Mais tarde, seu compadre italiano, o Sr. Coleone, buscando entender o motivo de tanta algazarra social, pede que a sua filha Olga explique de forma mais simples o ocorrido.

Chamou a filha.

– Olga!

Ele pronunciava o nome da filha quase sem sotaque; mas, quando falava português, punha nas palavras uma rouquidão singular, e salpicava as frases 100 de exclamações e pequenas expressões italianas.

– Olga, que quer dizer isto? Non capisco...

A moça sentou-se a uma cadeira próxima e leu no jornal o requerimento e os comentários.

– Che! Então?

- O padrinho quer substituir o português pela língua tupi, entende o senhor?
- Como?
- Hoje, nós não falamos português? Pois bem: ele quer que daqui em diante falemos tupi.
- Tutti?
- Todos os brasileiros, todos.
- Ma che cousa! Não é possível?
- Pode ser. Os tchecos têm uma língua própria, e foram obrigados a falar alemão, depois de conquistados pelos austríacos; os lorenos, franceses...
- Per la madonna! Alemão é língua, agora esse acujelê, ecco!
- Acujelê é da África, papai; tupi é daqui.
- Per Bacco! É o mesmo... Está doido!
- Mas não há loucura alguma, papai.
- Como? Então é cousa de um homem bene?
- De juízo, talvez não seja; mas de doido, também não.
- Non capisco.
- É uma ideia, meu pai, é um plano, talvez à primeira vista absurdo, fora dos moldes, mas não de todo doido. É ousado, talvez, mas... (BARRETO, 1911, 26).

O cenário retratado na obra de Lima Barreto serve-nos perfeitamente para traduzir a situação de uma parte significativa da diversidade linguística brasileira na contemporaneidade. Temos, então: um fetiche romântico (ou folclórico) em torno das línguas indígenas, a presença das línguas de imigração europeia, a invisibilidade e o esquecimento das línguas africanas e o mito da supremacia e superioridade da língua portuguesa.

Darcy Ribeiro, importante antropólogo brasileiro do século XX, no conjunto da sua obra, legou-nos um dos mais importantes monumentos científicos a respeito da constituição da nação brasileira. No seu livro *“O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”*, Ribeiro nos mostra que a formação do povo e da cultura brasileira é a resultante da coexistência territorial, quase nunca pacífica, de povos de origens, hábitos culturais e linguísticos distintos. Índios de tribos diversas, portugueses colonizadores, africanos de várias nações e imigrantes europeus foram, na visão do antropólogo, as principais matrizes étnicas que contribuíram para que fosse erigido um conceito sobre o Brasil e sobre a cultura brasileira.

Mattos e Silva (2004), ao analisar os percentuais étnicos e, portanto, linguísticos, que habitaram no Brasil nos três primeiros séculos da colonização portuguesa, conclui que a língua portuguesa não chegou a representar, nesse período uma ameaça à existência do cenário multilíngue nacional. Índios, negros africanos e negros brasileiros, não falantes do

português, representavam a maioria da população brasileira até os primeiros anos do século XIX.

Nos anos oitocentos, entretanto, uma confluência de fatores políticos, econômicos e sociais é vista pela historiografia linguística nacional como a grande responsável pela gênese do mito do monolinguismo nacional em favor da língua portuguesa. Resumidamente, passemos a apresentar cada um desses fatores.

O primeiro fator tem as suas origens ainda no século XVIII, em 1757, com o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, de autoria do Marquês de Pombal. Pelo olhar de Lygia Maria Gonçalves Trouche, pesquisadora da Universidade Federal Fluminense, trata-se de um documento jurídico que tinha em seu bojo a finalidade de regulamentar as ações colonizadoras em terras brasileiras, dentre as quais, os usos linguísticos da língua portuguesa em detrimento da língua geral.

A imposição da língua portuguesa foi uma questão fundamental para Portugal, no sentido da preservação da colônia, contudo, a concorrência do português com a *língua geral* ainda perdurou até a segunda metade do século XVIII, quando o discurso das autoridades portuguesas se centrou numa política de difusão e obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa.

Nas décadas iniciais do século XVI, predominavam as vozes indígenas com a indianização do colonizador e a ameaça constante de outras línguas europeias trazidas, notadamente, por franceses, espanhóis e holandeses. Como se sabe, a grande luta travada pelos colonizadores portugueses, nos primeiros tempos da colonização do Brasil, não foi contra os indígenas, mas contra europeus em suas constantes incursões à nova terra americana.

A *língua geral* era hegemônica, sendo usada por todas as camadas sociais, passando do domínio privado para o público e, apenas aí, encontrando alguma resistência da língua portuguesa. No espaço doméstico, as índias, unindo-se a portugueses e mamelucos, transmitiam por sucessivas gerações não só a língua, mas os costumes, enfim, uma cultura.

Fator importante de reforço da *língua geral* no espaço doméstico era a escravidão indígena. O português estava restrito aos documentos oficiais que, contudo, deveriam ser comunicados à população em *língua geral*, para que pudessem ser entendidos. Não por outro motivo sabemos que foram frequentes os pedidos das autoridades portuguesas para que se enviassem à capitania vigários versados na língua dos índios.

Tal situação levou a Coroa portuguesa, através de seu ministro, Marquês de Pombal, a tomar uma atitude vigorosa no sentido de implantar a língua portuguesa definitivamente em terras brasileiras. (TROUCHE, s.d, s.p).

O segundo fator que pode ser elencado a favor da elaboração do imaginário coletivo do mito da língua única é apresentado por Teyssier (2004) e ficou conhecido como o fenômeno da reluzitanização do Rio de Janeiro, consequência direta da transferência da capital do Reino, no ano de 1808, e da chegada em massa de milhares de portugueses. Estes

falantes nativos do português teriam sido responsáveis, dessa forma, pela disseminação e fortalecimento da língua portuguesa no Brasil, através de ondas circulares, como o metafórico efeito de uma pedra em um lago, que gera ondas mais fortes no seu centro, e ondulações mais fracas à medida que se afasta deste.

Os historiadores e os historiadores da língua portuguesa contestam de forma veemente a teoria de Teyssier posto que, segundo constam dos arquivos da época, chegaram ao Brasil, junto com a Coroa portuguesa, pouco mais de quatrocentas pessoas e que, não teriam, de fato, força linguística suficiente para criar um movimento de reluzitanização do Rio de Janeiro e, em escala menor, do Brasil. Polêmicas à parte, a tese da reluzitanização ajudou a fomentar a ideia da supremacia da língua portuguesa no século XIX em relação às demais línguas faladas no território brasileiro.

Um terceiro aspecto que pode ser levantado e que contribuiu para o fortalecimento do português no Brasil ao longo do século XIX, este sim diretamente ligado ao fato da transferência da sede do Império português para as terras americanas e, mais tarde, ao processo de independência do Brasil, foi a criação de uma rede administrativa que tinha na língua portuguesa a sua base linguística e, como consequência direta desse fenômeno, catalisou-se o processo de tecnização do português. Assim, criaram-se Faculdades de Direito e Medicina que funcionavam em português. Da mesma forma, o fomento à atividade jornalística em língua portuguesa pela fundação da Imprensa Régia; a criação de gramáticas, dicionários e métodos de ensino da língua portuguesa para as escolas de primeiras letras. Todo esse universo intelectual, cultural e político que acontecia em língua portuguesa sufocava, em igual proporção, as demais línguas indígenas e principalmente as línguas africanas aqui faladas.

Por fim, um último aspecto para contribuir com esse sobrevoo em torno dos fatores que confluíram para a elaboração do mito do monolinguismo do Estado brasileiro, qual seja: o discurso de civilização.

Principalmente no decorrer do século XIX, quando a vida urbana aproximou como nunca antes os falantes do português com falantes de vários grupos étnicos africanos, o desejo destes de aprender a língua europeia, falada pelos brancos, como forma de conseguir um

status de classificação social que os afastasse da condição de escravos, gerou uma interlíngua que ficou conhecida pela nomenclatura estigmatizada de

'o pretoguês', ou seja, a forma híbrida de expressão dos bilíngues coloniais, a qual constituía motivo de frequente menosprezo destes e, portanto, uma das fontes alimentadoras do racismo do colonizador em relação ao colonizado. (MACEDO, 1992, 173).

A existência do *pretoguês* pode ser vista como resultante deste discurso civilizatório que erigia a língua portuguesa à condição de língua europeia e, por conseguinte, de cultura, ao passo que classificava as línguas indígenas e, principalmente as africanas, como línguas faladas por povos selvagens e que, portanto, pessoas de menor valor social.

Enfim, pode-se apontar o século dos anos oitocentos como o período no qual a língua portuguesa adquire para si um estatuto tamanho, que faz com que, já nos primeiros anos da República, soasse absurda a ideia de não tê-la como a língua do Estado brasileiro, como podemos depreender do testemunho literário contido na obra de Lima Barreto. Também, durante todo o século XX, não se tornou incomum encontrar pessoas que desconhecem completamente a situação de multilinguismo do país e que seriam capazes de apostar que no Brasil só se fala apenas a língua portuguesa.

No seu pequeno texto de divulgação científica, o linguista Marcos Bagno, ao discutir o preconceito linguístico que se estabelece entre os falantes da norma culta da língua portuguesa e os falantes das normas populares, bem como os falantes de outras línguas faladas no Brasil, elenca 10 mitos acerca do português brasileiro, muitos fomentados pela elaboração dessa tradição inventada de que no Brasil fala-se apenas o português.

O primeiro mito apresentado por Bagno (2004) refere-se exatamente a este imaginário coletivo de que “*A língua portuguesa no Brasil apresenta uma unidade surpreendente*”.

Sobre esta questão, Bagno nos mostra que até mesmo intelectuais reconhecidamente importantes na elaboração de um conceito de nação brasileira foram traídos pelo convincente mito do monolinguismo e assim se posiciona:

Este é o maior e o mais sério dos mitos que compõem a mitologia do preconceito linguístico no Brasil. Ele está tão arraigado em nossa cultura que até mesmo intelectuais de renome, pessoas de visão crítica e geralmente boas observadoras dos

fenômenos sociais brasileiros, se deixam enganar por ele. É o caso, por exemplo, de Darcy Ribeiro que em seu último estudo sobre o povo brasileiro escreveu: É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos linguisticamente e culturalmente e também um dos mais integrados à terra. *Falam uma mesma língua, sem dialetos.* (BAGNO, 2004, 15, grifo do autor).

Também sobre a questão do mito do monolinguismo, Bagno nos apresenta o pensamento de Bortoni-Ricardo:

A ideia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista linguístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de consequências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los. (BORTONI-RICARDO, *Apud* BAGNO, 2004, 18).

Pela fala de Bortoni-Ricardo, podemos inferir que há duas questões linguísticas atreladas ao mito do monolinguismo no Brasil e que carecem de tratamento jurídico, inclusive: a primeira, que foge ao escopo do objeto de estudo deste trabalho, diz respeito ao preconceito que falantes das variedades populares ou ainda das variedades regionais do português sofrem por parte dos falantes reconhecidamente cultos. A segunda, que interessa diretamente a este trabalho, diz respeito ao fato de que, no Brasil, ignora-se a presença de comunidades linguísticas inteiras que não falam o português e, por este motivo, não se admite, explicitamente, a existência de conflitos linguísticos no território brasileiro.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, influenciada pelo mito do monolinguismo nacional, ao tratar sobre a questão linguística do país, no bojo das suas normas, erige a língua portuguesa ao estatuto de idioma oficial, reconhece folcloricamente as línguas indígenas como línguas nacionais e silencia completamente acerca da existência do cenário plurilíngue alóctone composto pelas línguas de imigração, algumas delas faladas no território há mais de um século.

Sobre estes aspectos, passaremos a discutir, a partir de então, a construção doutrinária e jurisprudencial do direito das línguas no Brasil. A análise da nossa Constituição nos aponta dois grandes caminhos a serem analisados no tocante ao direito das línguas: o Direito Administrativo das Línguas e o Direito Cultural das Línguas.

2.3. O Direito administrativo das línguas: a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil

Em toda a história constitucional brasileira, apenas na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 houve a inserção de uma norma específica que alçou a língua portuguesa à condição de idioma oficial da República Federativa do Brasil. Durante período colonial e imperial, usávamos a língua do Rei e do Imperador e, no período republicano, até a promulgação da atual Constituição, vivemos um período no qual o Estado Brasileiro tomava o uso da língua portuguesa como “língua nacional” através de normas infraconstitucionais.

Essa condição pode ser verificada, por exemplo, conforme vemos abaixo, no trecho da Lei 5692/71, que fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus

Art. 1º [...]

§ 2º - O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na **língua nacional**. ([Redação dada pela Lei nº 7.044, de 1982](#))

Art 4º [...]

§ 3º - No ensino de 1º e 2º graus, dar-se-á especial relevo ao estudo da **língua nacional**, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira. ([Redação dada pela Lei nº 7.044, de 1982](#)) (BRASIL, 1971, s.p).

Apesar de, vez por outra, antes de 1988, os debates acerca do estatuto do português no Estado brasileiro ganharem vozes, tanto no bojo das sessões da Câmara dos Deputados, quanto em algumas Assembleias Constituintes, o tom dos debates sempre girava em torno da defesa da língua portuguesa e do monolinguismo, da eliminação da diversidade linguística, de uma política declarada de embranquecimento da população brasileira e, através desses elementos, a construção e consolidação da nacionalidade.

Neste viés, em 1935, assim se posicionou, em uma das sessões da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Aureliano Leite:

Daqui a quinhentos anos, quando brancos, amarelos, negros, mulatos, caboclos, mamelucos, caborés, e cafusos, que somos hoje, passarmos a ser simplesmente brancos, ou chamados brancos, aí sim, esse falar multiforme praticado em todas as direções do nosso País talvez de tenha fundido numa só língua, a linguagem brasileira, se não se deixar absorver de vez pela língua portuguesa, em torno da qual todas essas diferentes vozes gravitam, o que talvez constitua a hipótese mais provável. (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1935, 99-100).

Dias (1996), interpretando os discursos de língua e nacionalidade contidos principalmente nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, nos mostra que a questão da língua tinha mais relação com o aspecto da integração nacional e de apagamento da diversidade linguística que com a necessidade estatal de eleger para si uma língua para sua administração.

Há que se assinalar o fato de que a denominação “língua nacional” defendida principalmente nos debates em torno da constituinte de 1945 preenchia a necessidade de se ancorar o processo de solidificação da nação na ideia de língua comum. Através dessa denominação, ter-se-ia o efeito de aglutinação de indivíduos de um mesmo território sem que se colocasse em causa o processo de participação desses indivíduos na nação. (DIAS, 1996, 75).

A norma contida no Art. 13 da CF/88 deu início a uma nova fase na relação do Estado brasileiro com as suas diversas línguas, pois a partir deste momento, o direito administrativo das línguas passa a ter status constitucional e, tanto na teoria, quanto na prática, as relações de poder entre as línguas se alteram significativamente.

Infelizmente, tal qual a maioria esmagadora das temáticas atinentes às questões que envolvem as línguas brasileiras, há pouquíssimas reflexões jurídicas no âmbito constitucional que se debrucem sobre as nuances jurídicas que envolvem o artigo que oficializa o português como idioma oficial. De forma quase unânime, os livros especializados em direito constitucional ignoram tal artigo ou fazem comentários redundantes acerca da condição a qual foi alçada a língua portuguesa no Estado brasileiro.

O processo de constitucionalização⁷ da língua oficial levanta, obrigatoriamente, dois aspectos que necessitam ser devidamente analisados para que se possa ter clareza do alcance e do significado desta norma. O primeiro debate tem viés meramente conceitual e consiste em definir o status das línguas que figurarão ao lado da língua constitucionalizada, enquanto o segundo aspecto traz à tona a questão do direito fundamental ao uso da própria língua em um estado que elege para si uma língua oficial. Enquanto o primeiro aspecto, que faz parte do direito das línguas, será discutido neste capítulo, o último, que integra o direito dos indivíduos e dos grupos de falarem as suas próprias línguas, será objeto de análise no terceiro capítulo deste estudo.

⁷ O termo constitucionalização aqui empregado refere-se ao processo de inserção da norma atinente à língua oficial no texto constitucional.

2.3.1. As noções político-jurídicas das línguas oficiais e das línguas nacionais

Conforme apontamos anteriormente, a norma contida no Art. 13 da Constituição da República traz, de imediato, um debate acerca das implicações jurídicas e políticas das línguas constitutivas do painel linguístico nacional. Uma vez que temos a língua portuguesa como idioma oficial, como classificaremos politicamente as demais línguas brasileiras?

Um rápido giro em torno dos Estados nacionais contemporâneos é mais do que suficiente para que possamos perceber que existem alguns modelos básicos de relação entre estes Estados e as suas línguas:

- a. O modelo no qual o Estado possui uma ou mais línguas oficiais constitucionalizada(s) e reconhece as demais línguas utilizadas em seu território como línguas nacionais.
- b. O modelo no qual o Estado possui uma ou mais línguas constitucionalizadas e não reconhece algumas das línguas faladas em seu território como nacionais.
- c. O modelo no qual o Estado não possui língua oficial constitucionalizada e reconhece a existência de todas ou algumas das línguas faladas em seu território como línguas nacionais.

O Estado brasileiro pode ser classificado como adotante do segundo modelo acima disposto, conforme podemos perceber nas Atas das Comissões da Assembleia Nacional Constituinte:

Outra observação. Por exemplo: o Constituinte João Menezes fez referência ao português tomo (sic) língua nacional, mas não apresentou nenhuma emenda para alterar isto. Houve uma proposta que gostaria de submeter à apreciação: que o português é a língua oficial, porque a língua nacional do Brasil, na verdade, não é o português. Mas se a subcomissão entender de fazer uma emenda neste sentido, ressalvada a originalidade que a língua de origem não é o português, pode fazer. O português é a língua oficial, mas ressalvado que realmente a língua nacional é a indígenas (sic), que estão massacrados. (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 107)

A leitura do trecho acima, extraído das Atas da Assembleia Nacional Constituinte, permite que se conclua, de forma cristalina, que a escolha do constituinte originário brasileiro operou-se no sentido de conferir o grau de idioma oficial ao português, de línguas nacionais

às línguas indígenas e de dar total esquecimento às demais categorias de línguas faladas no Brasil.

Daí ressurge mais um questionamento. O que significa, juridicamente (constitucionalmente), ser língua oficial ou ser língua nacional no Brasil? Infelizmente não há registros acerca deste debate nas Atas da Assembleia Nacional Constituinte, deixando-nos sem parâmetros oficiais acerca do alcance jurídico dessas duas noções.

O ponto de partida desta análise ateu-se às Atas das Comissões da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 para que se pudesse resgatar os debates que foram realizados acerca da questão das línguas e sua proteção constitucional. A leitura atenta deste documento nos revela que a inserção da língua portuguesa como idioma oficial do Brasil foi realizada quase sem análises mais consistentes acerca da condição plurilíngue nacional, não fosse a ocorrência da intervenção acima transcrita, de autoria do deputado constituinte Lysâneas Maciel.

O material colhido das Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, de início, já nos revela que a inserção da norma constitucional que atribui ao Brasil, pela primeira vez em sua história, uma língua oficial, foi realizada com uma superficialidade de debates de causar espanto. De pronto, os constituintes comprovam ter dificuldades em diferenciar os conceitos de língua nacional e língua oficial, tratando-os como noções polarizadas e que se excluem mutuamente. Assim, o relator Lysâneas Maciel, ao tentar contradizer o constituinte João Menezes acerca da sua tentativa de constitucionalizar o português como língua nacional, afirma categoricamente que a língua portuguesa não deva ser vinculada a este predicado, visto que esta noção deva ser atribuída exclusivamente às línguas indígenas.

Outro aspecto digno de registro diz respeito ao silêncio constitucional em relação às línguas alóctones ou de imigração. Nada se discute acerca do estatuto destas línguas no Brasil, o que nos revela que, apesar de serem conhecedores da realidade plurilíngue nacional por conta dos falares indígenas, os constituintes deixaram de incorporar as línguas de imigração ao acervo linguístico tratado pela constituição. Tal fato, ao nosso ver, demonstra a força do mito do Estado monolíngue, nos moldes conforme tratamos anteriormente.

Muitos estados modernos já se depararam com a questão da diferenciação dos conceitos entre língua oficial e língua nacional. Page (1964) nos lembra que esta polêmica

tomou conta de vários países que se tornaram independentes no decorrer do século XX. A definição do estatuto legal das línguas implica diretamente no funcionamento do Estado e suas instituições, além de definir qual o tratamento que se deve adotar em relação às demais línguas.

Sobre o aspecto das línguas oficiais, assim se posiciona Bourdieu:

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. Ninguém pode ignorar a lei linguística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos do poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico dos sujeitos falantes. (BOURDIEU, 2008, 32).

Entre os estados que recentemente tiveram que lidar com esta situação, aquele que melhor nos oferece uma resposta para classificação/diferenciação dos conceitos de língua oficial e língua nacional é o Canadá. Como sabemos, neste país há, atualmente, duas línguas oficiais, quais sejam, o francês e o inglês.

Uma recente polêmica canadense teve seu início no ano de 2013 quando o então Primeiro Ministro do Canadá, em um discurso para o Parlamento, descreveu o país como uma “*federation in which [our] two national languages position us uniquely in the world.*”⁸. Neste momento, os canadenses se deram conta de que utilizavam as expressões como sinônimas e precisavam definir se este era realmente o caminho a ser seguido, ou se era necessário estabelecer diferenças jurídicas entre as noções de língua oficial e língua nacional.

As análises que se fizeram a seguir envolveram o Instituto das Línguas Oficiais e do Bilinguismo da Universidade de Ottawa (OLBI) e a Comissão de Inquérito sobre a posição da língua francesa e da língua inglesa e dos direitos linguísticos no Quebec (Gendron Commission) e se debruçaram, preliminarmente, sobre um relatório produzido pela citada

⁸ “Uma federação na qual nossas duas línguas nacionais nos coloca em uma posição única no mundo”

comissão quebequiana, de 1972, no qual as primeiras distinções acerca dos conceitos analisados foram produzidas.

Sobre a noção de língua oficial, o governo canadense assim se posicionou:

To speak of an Official Language means no more and no less than the public authority – the State – has seen fit, in either constitutional or statutory form, to place its power behind one or more languages as the public language or languages of the State.

Various political scientists and sociolinguistics agree that na “official language” is tha language in which a government decides it will operate.[...] Some experts believe that the status of official language is the highest recognition a country can give to a language. (LIBRARY OF PARLIAMENT, 2014, 2)⁹

E, resolvendo a questão conceitual no âmbito do Estado canadense, assim foi elaborado o conceito para as línguas nacionais, bem como a motivação que um determinado Estado possa ter para conceitua-las desta forma:

Although a “national language” enjoys some form of government recognition, the government is not required to operate in that language. According to the OLBI, when a government declares a language to be national, it usually makes a commitment to protect and promote it so that citizens can use it more readily.

What’s more, the approach recognizes that the linguistics group forms part of the country’s national heritage, and thus represents more than a simple minority. In principle, all of the languages spoken by a country’s inhabitants could qualify as national languages. (LIBRARY OF PARLIAMENT, 2014, 2).¹⁰

As definições elaboradas pelo Instituto das Línguas Oficiais e do Bilinguismo da Universidade de Ottawa acerca das noções de língua oficial e língua nacional aparentam ser

⁹ Falar de uma língua oficial significa nem mais nem menos do que [a língua] que o poder público - o Estado - houve por bem, em qualquer forma constitucional ou legal, exercer o seu poder Estatal através de uma ou mais línguas.

Vários cientistas políticos e sociolinguístas concordam que a " língua oficial " é o idioma através do qual um governo decide que vai operar . [...] Alguns especialistas acreditam que o estatuto de língua oficial é o maior reconhecimento que um país pode dar a um idioma. (BIBLIOTECA DO PARLAMENTO, 2014, 2)

¹⁰ Embora uma " língua nacional " goze de alguma forma de reconhecimento do governo, este não é obrigado a operar nesse idioma. De acordo com o OLBI , quando um governo declara uma língua como nacional, significa dizer que normalmente assume o compromisso de proteger e promovê-la para que os cidadãos possam usá-la mais facilmente.

Além do mais, reconhece que o grupo linguístico constitui parte da herança nacional do país, e, portanto, representa mais do que uma simples minoria. Em princípio, todas as línguas faladas pelos habitantes do país poderiam se qualificar como línguas nacionais.

bastante calibradas e possíveis de serem utilizadas em qualquer modelo estatal no qual coexistam duas ou mais línguas no mesmo território.

Em tese, a escolha de uma língua oficial por parte de um Estado deve possuir muito mais implicações administrativas que coletivas e/ou individuais. O foco do processo, conforme já falamos, visa à eleição de uma língua que possa ser utilizada pelo Estado, majoritariamente em seus negócios. Essa língua passa, então, a ser uma referência estatal para seus cidadãos e para a comunidade dos demais Estados internacionais.

Podemos, desse modo, concluir que a opção brasileira de oficializar a língua portuguesa no âmbito da Constituição Federal de 1988 representa a declaração do Estado de que tratará dos seus negócios, interna e externamente, através do uso desta língua e não por outras. Esta decisão não deve, entretanto, fazê-lo esquecer que existem outras línguas utilizadas em seu território e que necessitam ter uma definição jurídica do seu estatuto.

Por outro lado, a própria localização topográfica do Art. 13 no corpo do texto constitucional, incrustado no capítulo que trata dos direitos da nacionalidade, já nos induz a uma reflexão acerca das intenções do constituinte originário. Uma vez que alçar uma língua, constitucionalmente, à condição de língua oficial significa dizer que o Estado operará suas ações através desta língua, por que inserir esta norma, flagrantemente administrativa, no bojo dos direitos da nacionalidade? Seriam nacionais apenas os falantes da língua portuguesa? Seriam nacionais apenas aqueles que interagissem com o Estado através da língua portuguesa? Claro que não.

E longe de ser má técnica do nosso legislador constituinte originário, a localização constitucional do Art. 13 da CF/88 nos diz muito sobre uma estratégica herança ideológica da manutenção da hegemonia do português no Brasil. Percebamos ainda que, no artigo cujo *caput* trata da questão do idioma oficial, o legislador constitucional originário agrupou, no parágrafo primeiro, os símbolos da República, dando-nos a nítida impressão de que a língua portuguesa tem peso similar à bandeira, ao hino, às armas e ao selo nacionais nas questões da nacionalidade. O Brasil quer ser visto interna e externamente como uma pátria com um hino, uma bandeira e UMA única língua.

Quanto ao uso administrativo da norma contida no Art. 13 da CF/88, em uma das raríssimas análises encontradas acerca da utilidade jurídica do seu conteúdo normativo, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o *Habeas Corpus* HC 72.391-QO, pela relatoria do Ministro Celso de Mello, apresenta-nos a noção de **imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais**, vinculando, inclusive, o uso da língua portuguesa com a própria soberania nacional.

É inquestionável o direito de súditos estrangeiros ajuizarem, em causa própria, a ação de *habeas corpus*, eis que esse remédio constitucional – por qualificar-se como verdadeira ação popular – pode ser utilizado por qualquer pessoa, independentemente da condição jurídica resultante de sua origem nacional. A petição com que impetrado o *habeas corpus* deve ser redigida em português, sob pena de não conhecimento do *writ* constitucional (CPC, art. 156, c/c CPP, art. 3º), eis que o conteúdo dessa peça processual deve ser acessível a todos, sendo irrelevante, para esse efeito, que o juiz da causa conheça, eventualmente, o idioma estrangeiro utilizado pelo impetrante. A imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais, além de corresponder a uma exigência que decorre de razões vinculadas à própria soberania nacional, constitui projeção concretizadora da norma inscrita no art. 13, *caput*, da Carta Federal, que proclama ser a língua portuguesa ‘o idioma oficial da República Federativa do Brasil’ (HC 72.391-QO, Rel. Min. **Celso de Mello**, julgamento em 8-3-1995, Plenário, DJE de 17-3-1995.). (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, s.d, s.p).

O que transparece de forma cristalina no controvertido uso da noção de imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais é o fato de que a escolha da língua portuguesa como idioma oficial da República Federativa do Brasil não visou assegurar direitos linguísticos para os indivíduos e os grupos, mas sim instrumentalizar o Estado brasileiro administrativamente com uma língua que pudesse ser utilizada para fazer funcionar o próprio Estado.

Uma polêmica que envolve a questão da língua oficial no Brasil e as demais línguas coexistentes no território nacional refere-se ao respeito ao direito fundamental de utilizar a própria língua por parte dos grupos linguísticos minoritários. Sobre este aspecto, debateremos de forma mais pormenorizada no capítulo que se segue neste estudo.

Resta-nos, por fim, neste momento, empreender um debate acerca do estatuto jurídico das demais línguas brasileiras a partir das possibilidades que se abriram pela Constituição da República de 1988.

Mesmo não havendo um número consolidado, estima-se que existam em torno de 210 a 300 línguas diferentes que são utilizadas por comunidades linguísticas no Brasil. Apesar de haver menção acerca das línguas indígenas no texto Constitucional, não há, de forma explícita, por exemplo, qual a relação dessas línguas com o Estado brasileiro, somente sendo possível inferir o estatuto de línguas nacionais a partir da leitura das Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

O silêncio do Brasil acerca da pluralidade linguística se manifestou, até pouco tempo atrás, da forma mais inusitada, a exemplo da negação de realizar um censo linguístico no qual se pudessem catalogar todas as informações acerca do quantitativo de línguas faladas no território nacional, o quantitativo de falantes de cada uma dessas línguas, a localização precisa de cada um dos grupos linguísticos, a classificação dessas línguas etc.

Desde o ano de 2010, entretanto, o país vem definindo uma política de tratamento da sua situação multilíngue, considerando as suas várias línguas através de um olhar que as classifica como parte do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Sobre esta questão, que extrapola o campo do direito administrativo das línguas, passamos a dissertar a partir deste momento.

2.4. O direito cultural das línguas e a política da diversidade linguística: as línguas brasileiras como patrimônio cultural imaterial do Brasil

O direito à Cultura assume relevo no ordenamento jurídico nacional como um direito fundamental a partir do conteúdo normativo disposto principalmente dos artigos 215 e 216 da Constituição da República, em que, por meio dos quais, é possível verificar-se que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º [...].

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: [Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005](#)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; [Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005](#)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005](#))

III [...]

IV democratização do acesso aos bens de cultura; ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005](#))

V **valorização da diversidade étnica e regional.** ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005](#))

Art. 216. **Constituem patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

(BRASIL, 1988, s.p, grifos nossos)

Sobre a noção de patrimônio cultural, contida no *caput* do Art. 216, Carcará; Silveira e Oliveira Júnior (2014) assim o define:

Patrimônio cultural é termo de maior abrangência sobre os atos de identificação da cultura, abarcando desde a elitizada cultura erudita até a cultura das grandes massas, passando pelas marcas de identidade cultural dos grupos sociais. Nesse contexto, assevera-se que o maior interesse, pressupõe-se, na preservação do patrimônio cultural, é da própria comunidade, entendida no seu conjunto plural uníssona de indivíduos das mais variadas origens e de diferentes formações culturais. (CARCARÁ; SILVEIRA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2014, 96).

É tangível, pois, depreender que todos os elementos necessários para a classificação da Cultura como um direito fundamental estão devidamente elencados de forma concentrada no Título VIII – Da Ordem Social; Capítulo III – Da Educação, Da Cultura e do Desporto; Seção II, Da Cultura, mas também espalhados em outros dispositivos constitucionais, conforme veremos adiante. Desse modo, podemos destacar o compromisso constitucional do Estado brasileiro com a:

- a. Garantia a todos do pleno exercício dos direitos culturais;
- b. Proteção das manifestações culturais de todos os grupos participantes do processo civilizatório nacional;
- c. Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- d. Valorização da diversidade étnica e regional.

Esses elementos são os componentes da ordenação constitucional da cultura, segundo a qual

[...] se encontram duas ordens de valores culturais, dois sistemas de significações: uma que são as próprias normas jurídico-constitucionais, por si sós repositório de valores (direitos culturais, garantia de acesso à cultura, liberdade de criação e difusão cultural, igualdade no gozo dos bens culturais etc.); outra que se constitui da própria matéria normatizada: a cultura, o patrimônio cultural brasileiro, os diversos objetos culturais (formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações artísticas; obras, objetos documentos edificações, conjuntos urbanos, sítios, monumentos de valor cultural). (SILVA, 2001, 34-35).

Conjugando a norma positivada na Carta constitucional nacional, com a balizada lição de José Afonso da Silva, ratificamos os itens acima, consolidando o pensamento acerca do pertencimento dos direitos culturais ao rol dos direitos fundamentais, cuja preservação é de responsabilidade do Estado: *“O Direito à cultura, pois, é um direito constitucional fundamental que exige a ação positiva do Estado, cuja realização efetiva postula uma política cultural oficial”*. (Silva, 2001, p. 48).

Os direitos culturais são, desse modo, direitos fundamentais, reconhecidos de forma unânime por organismos internacionais e pelo próprio Estado brasileiro, devidamente definidos por diversos instrumentos de direito internacional dos direitos humanos e positivados na Constituição da República Federativa do Brasil. No âmbito doutrinário e jurisprudencial, tal unanimidade repete-se, como podemos verificar cristalinamente nas palavras de Souza

O reconhecimento dos direitos culturais como direitos fundamentais normatizados, portanto, existentes e válidos, é indiscutível. Porém, o mesmo não pode ser dito da sua efetivação, pois, dar-lhe concretude e exigibilidade, se aventa a necessidade de uma regulamentação posterior para o seu exercício. (SOUZA, 2012, 55).

No que diz respeito aos direitos culturais vistos por uma perspectiva ampla, Santos (2007) estabelece uma classificação na qual estes transcendem as normas contidas nos artigos 215 e 216 da CF/88 e podem ser topograficamente localizados em diversas normas expriadas no texto constitucional. A sua classificação considera a existência de três núcleos dos direitos culturais constitucionais, a saber:

- **Núcleo básico dos direitos culturais**

- cultura – § 2º do art. 5º e inciso III do art. 1º da Constituição Federal.
- educação fundamental – arts. 6, 205 e 208 da Constituição Federal.

- universidades – art. 207 da Constituição Federal.
- ciência e tecnologia – art. 218 *caput* da Constituição Federal.
- arte – inciso III do art. 216 da Constituição Federal.
- **Núcleo otimizador dos direitos culturais**
 - promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro pelo poder público – § 1º do art. 216 da Constituição Federal.
 - proteção dos bens de cultura e às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros participantes do processo civilizatório nacional – art. 215 da Constituição Federal.
 - liberdade geral de ação cultural – art. 220 *caput* da Constituição Federal:
 - a. liberdade de expressão – inciso IX do art. 5º da Constituição Federal – artística, científica e intelectual, sendo protegidos reflexamente os direitos autorais.
 - b. liberdade de manifestação – inciso IV do art. 5º da Constituição Federal – pensamento, criação (tecnológica e artística) e cultural.
 - c. liberdade de informação – inciso XIV do art. 5º da Constituição Federal – acesso às fontes culturais e difusão das manifestações culturais.
- **Núcleo de extensão dos direitos culturais**
 - bem-estar – desporto (incisos I-IV do art. 217 da Constituição Federal) e lazer (arts. 6º e § 3º da Constituição Federal).
 - meio ambiente – art. 225 *caput* da Constituição Federal. (SANTOS, 2007, 100-101, adaptado).

É plenamente factível, pois, a inserção do conjunto linguístico brasileiro naquilo que Santos classificou como núcleo otimizador dos direitos culturais, tomando-o simultaneamente como parte do patrimônio cultural imaterial da nação e ainda como manifestação das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras e de outros participantes do processo civilizatório nacional, sendo também possível, por este último viés, o enquadramento das línguas alóctones no conjunto das manifestações culturais nacionais

É possível concluir que, de fato, a abertura constitucional dada aos direitos culturais representa mais uma possibilidade de desenvolvimento de uma doutrina jurídica de proteção do direito fundamental à diversidade linguística no Brasil através de uma Política da Diversidade Linguística, hoje capitaneada pelo Ministério da Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Passaremos, a partir desse instante a esmiuçar como essa política cultural de proteção da diversidade linguística está sendo operacionalizada no país.

2.4.1. A diversidade linguística como patrimônio cultural imaterial do Brasil: o processo de “nacionalização” das línguas brasileiras.

Por um silogismo simples, é possível depreendermos, consoante anunciamos no item anterior, que as línguas brasileiras, tomadas conjuntamente, compõem a diversidade linguística nacional. Desde o ano de 2010, pela publicação do Decreto 7.387/10, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências, que a diversidade linguística foi classificada como integrante do patrimônio cultural imaterial brasileiro e, desse modo, declarada como parte do direito fundamental à cultura.

A política linguística de salvaguarda da diversidade linguística nacional tem sua origem, conforme apontamos anteriormente, no art. 216 da Constituição Federal, que trata de definir quais são os bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural brasileiro e, dentre eles, elenca as formas de expressão.

A definição apresentada pela Convenção (*para a salvaguarda do patrimônio imaterial – UNESCO 2003*) aponta para os elementos estruturantes do campo do patrimônio imaterial, no qual também se inclui a diversidade linguística. A língua, entretanto, difere dos demais bens culturais por sua natureza transversal, por seu papel de articulação e transmissão da cultura. Nenhuma prática, nenhuma representação, nem conhecimentos ou técnicas são passíveis de serem transmitidos entre as diferentes gerações senão através da mediação exercida pela língua. (grifos do autor; *inserção nossa*) (IPHAN, 2014, p.18).

Dessa maneira, antes mesmo de empreendermos um debate acerca das implicações políticas, normativas e jurídicas para as línguas dessa nova política cultural, cumpre que invoquemos o conceito de patrimônio cultural imaterial cunhado pelo órgão do Ministério da Cultura que possui a incumbência da gestão da política do patrimônio cultural no Brasil, qual seja, o IPHAN

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que **as comunidades, os grupos** e, em alguns casos, os indivíduos **reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural**. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, **gerando um sentimento de identidade e continuidade** e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2014, p.17)

Ainda pela lavra do próprio IPHAN, a inserção da diversidade linguística como campo do patrimônio imaterial transmuta-se em prova incontestável à elaboração de uma política nacional de proteção e salvaguarda das línguas, senão, vejamos

A POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA procura articular diferentes dimensões do Estado e da sociedade civil para a valorização e promoção das línguas minoritárias faladas no Brasil, vindo ao encontro do movimento crescente, em nível mundial, pela garantia de direitos linguísticos a grupos linguísticos minoritários. Tal perspectiva parte do princípio de que as línguas integram o rol dos direitos humanos e, portanto, de que os falantes têm o direito de usar suas línguas nos ambientes públicos e privados e de transmiti-las para as futuras gerações. Isso requer que as línguas sejam tratadas no âmbito de marcos legais específicos, tornando-se objetos de políticas públicas de fomento ao plurilinguismo. (IPHAN, 2014, p. 10).

Assim, a elaboração de uma política da diversidade linguística no Brasil

[...] procura articular diferentes dimensões do Estado e da sociedade civil para a valorização e promoção das línguas minoritárias faladas no Brasil, vindo ao encontro do movimento crescente, em nível mundial, pela garantia de direitos linguísticos a grupos linguísticos minoritários. Tal perspectiva parte do princípio de que as línguas integram o rol dos direitos humanos e, portanto, de que os falantes têm o direito de usar suas línguas nos ambientes públicos e privados e de transmiti-las para as futuras gerações. Isso requer que as línguas sejam tratadas no âmbito de marcos legais específicos, tornando-se objetos de políticas públicas de fomento ao plurilinguismo. (IPHAN, 2014, p. 10).

Neste ponto, percebe-se que o IPHAN projeta seus objetivos para além das suas competências institucionais e possibilidades reais de materialização da política da diversidade linguística. Há uma clara expectativa de que a política cultural das línguas, fundada no direito cultural, seja capaz de garantir direitos linguísticos aos falantes dessas línguas. Há, nesse aspecto, nítida confusão entre o direito cultural das línguas, que toma estas como bens de natureza difusa e com o olhar do patrimônio; e o direito à cultura linguística dos indivíduos e dos grupos, que visa garantir que as comunidades possam utilizar suas línguas maternas nos seus processos sociais. Tratam-se, pois de dois aspectos distintos dos direitos linguísticos e que são tomados como apenas um pelo IPHAN.

Perceberemos, mais adiante, que em momento algum os dispositivos normativos contidos no Decreto 7.387/10 fazem menção à defesa dos direitos das minorias linguísticas, mas sim das línguas minoritárias pois são estas que recebem o tratamento de patrimônio cultural o que, portanto, repetimos, diz respeito ao **direito fundamental à Cultura**. Por outro

lado, o direito das minorias linguísticas, aspecto que será analisado detidamente no próximo capítulo deste estudo, diz respeito ao **direito fundamental dos indivíduos e dos grupos de utilizarem as suas próprias línguas** em situações formais ou informais na sociedade.

Antes de adentrarmos, porém, nas nuances contidas no Decreto 7.387/10, faz-se necessário que apresentemos as categorias das línguas com as quais a política da diversidade linguística passará a operar a partir do Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL:

QUADRO 3 – Categorias das línguas encontradas adotada pelo INDL.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO	Línguas alóctones trazidas ao Brasil por grupos de fala advindos principalmente da Europa, Oriente Médio e Ásia e que, inseridas em dinâmicas e experiências específicas dos grupos em território brasileiro, tornaram-se referência de identidade e memória. Exemplos: Talian, Pomerano, Hunsrückisch etc.
LÍNGUAS INDÍGENAS	Línguas autóctones, originárias do continente sul-americano – da porção que hoje corresponde ao território brasileiro – e faladas por populações indígenas. Exemplos: Guaraní, Kaingáng, Baniwa, Tukáno, Ninam, Maxakalí, Marubo etc.
LÍNGUAS AFROBRASILEIRAS	Línguas de origem africana, faladas no Brasil. Essas línguas apresentam notáveis diferenças linguísticas em vários aspectos de sua estrutura gramatical, produzidas por mudanças históricas desencadeadas pelo contato com o português, podendo ter ocorrido transferências gramaticais desde esse substrato africano (Lucchesi et. al, 2009). Exemplos: Gíria de Tabatinga, Língua do Cafundó e variedades Afrobrasileiras do

	Português Rural.
LÍNGUAS DE SINAIS	Línguas faladas por comunidades surdas, incluindo pessoas surdas e ouvintes, que se utilizam da modalidade visoespacial com sinais manuais e não-manuais, tais como expressões faciais e corporais. Exemplos: Libras, Língua de Sinais Urubu-Ka'apor, Língua de Sinais do município de Jaicós do Piauí etc.
LÍNGUAS CRIOULAS	Línguas surgidas a partir da aquisição como língua materna por parte de um grupo social de uma língua pidgin. Pidgins são línguas formadas em situações de contato entre duas ou mais línguas em que uma língua dominante é profundamente reformulada em seu léxico, gramática e fonologia devido a um processo de aquisição parcial e pela influência da(s) língua(s) faladas pelo grupo social que veio a adotar esse pidgin como língua materna. Ao se tornar uma língua materna, a língua crioula também adquire características novas, tornando-se funcionalmente equivalente a qualquer outra língua materna. Exemplos no Brasil: os Galibi-Marwóro, os Karipuna e os Palikur, que vivem no estado do Amapá e falam uma língua crioula formada a partir do francês, como língua dominante, e diferentes línguas africanas e indígenas da Guiana-Francesa e Suriname. Embora o português seja a língua oficial e majoritária do país, existe a possibilidade de realização de ações específicas para promoção e valorização de suas variedades internas, que caracterizam identidades de grupos e processos históricos específicos de interesse para a política patrimonial.
VARIEDADES DO PORTUGUÊS	Variedades internas ao português do Brasil, surgidas por influência de fatores socioculturais e

	históricos específicos, em determinado espaço geográfico e social, às quais se associam elementos linguísticos que marcam a identidade de falares regionais (variedades diatópicas) e de grupos sociais específicos (variedades diastráticas)
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Guia de pesquisa e documentação para o INDL.

Pela análise da tabela acima, não há dúvidas de que o espectro linguístico abarcado pela política de proteção e salvaguarda da diversidade linguística gerida pelo Ministério da Cultura consegue dar conta de todas as categorias linguísticas existentes no território brasileiro. Além disso, esta política possui o caráter simbólico por ser a primeira política nacional de preservação das línguas de imigração, as quais foram sistematicamente perseguidas e sufocadas, principalmente na primeira metade do século XX.

Devidamente apresentadas as categorias linguísticas que são objeto da Política da Diversidade Linguística, passemos a analisar o seu fundamento normativo, qual seja, o Decreto 7397, de 09 de dezembro de 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

O primeiro aspecto que deve ser levado em consideração nos obriga a retroagir de volta para o debate acerca do estatuto político-jurídico das línguas oficiais e das línguas nacionais.

Conforme vimos acima, a opção brasileira, desde a Constituição de 1988, foi a de constitucionalizar a língua portuguesa e deixar em branco o estatuto das demais línguas do Brasil.

Ao tomarmos as Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, é possível recuperar claras declarações do legislador originário em relação ao fato de serem, as línguas indígenas, línguas nacionais, sem, no entanto, definir quais os limites político-jurídicos dessa definição.

Com a entrada em vigor do Decreto 7.387/10, surgem os primeiros indícios de como o Estado brasileiro decidiu operacionalizar a questão do plurilinguismo nacional. As línguas do

Brasil, que não possuem a condição de língua oficial constitucionalizada, serão tomadas pelo viés patrimonial, recebendo, após serem incluídas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, o título de Referência Cultural Brasileira.

Art. 3º **A língua** incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de “Referência Cultural Brasileira”, expedido pelo Ministério da Cultura. (BRASIL, 2010, s/n, grifos nossos).

Entendemos que o título de “Referência Cultural Brasileira” que é outorgado às línguas inventariadas não possui o condão de garantir direitos linguísticos aos indivíduos e aos grupos falantes destas línguas, pois, como já dissemos, são as línguas que são tomadas como objeto da tutela do Estado, sendo vistas por este como um bem cultural.

Prova cabal disso pode ser encontrada no Art. 1º do Decreto 7.387/10 e no Volume 1 do Guia de Pesquisa e Documentação do INDL que apresenta como atuação da Política da Diversidade Linguística a linha denominada “reconhecimento” e a linha classificada como “Apoio e Fomento”.

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de **identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas** portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 2010, s/n, grifos nossos).

Isso nos leva a concluir que ainda não existe uma política linguística do Estado brasileiro para tratamento das línguas brasileiras como línguas nacionais, de modo a conferir aos seus falantes a materialidade do direito fundamental de utilizar suas próprias línguas nas mais diversas situações sociais.

Ainda assim, reiteramos a importância desta política cultural das línguas que vem delimitando uma série de critérios que poderão ser utilizados, mais tarde, por outras políticas linguísticas que venham a ser formuladas. Bons exemplos desses critérios dizem respeito à referencialidade histórica da língua, à sua vitalidade no seio de uma comunidade e ao tempo mínimo de existência dessa língua em território brasileiro para que ela possa ser elegível ao INDL.

Assim, uma dada língua para ser considerada brasileira precisa demonstrar:

Que a língua é referência para a memória, a história e a identidade dos diferentes grupos sociais que vivem no Brasil, como explicita o artigo 2º do Decreto 7.387/2010.

Que a língua existe como parte da vida social de uma comunidade, seja através de usos cotidianos da língua ou em situações culturais especiais, ou mesmo preservada pelo conhecimento de seus últimos falantes fluentes.

Que a comunidade para a qual a língua é referência está em território brasileiro há pelo menos três gerações. Isso, além de permitir identificar os processos de transmissão e a continuidade histórica da língua, possibilita a compreensão das mudanças e transformações ocorridas, inclusive em relação aos sentidos dados pelas próprias comunidades à língua e o modo como esta é representada nos diferentes contextos de uso. (IPHAN, 2014, 26).

A demarcação temporal em três gerações (aproximadamente 40 anos), que faz parte da Política da Diversidade Linguística, será de grande valia no futuro, quando for preciso estabelecer, em outras políticas linguísticas, o *quantum* temporal para que se possa considerar uma comunidade linguística integrada ao Estado Brasileiro de modo a erigir a sua língua a uma futura condição de língua nacional.

Um artigo de importância capital, no bojo da política cultural de proteção e salvaguarda da diversidade linguística, diz respeito às responsabilidades dos entes federativos após a inclusão de uma determinada língua no INLD:

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma **língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização.** (BRASIL, 2010, s/n, grifos nossos).

Até o momento da realização desta pesquisa, apenas três línguas haviam recebido o título de Referência Cultural do Brasil, foram elas:

[...] a língua Talian, uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil onde houve ocupação italiana, desde o século XIX, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo; a língua Asuriní do Trocará, que pertence ao tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani. Os Asurini do Trocará ou Auiu no Surini do Tocantins habitam a Terra Indígena Trocará, localizada às margens do rio Tocantins, em Tucuruí (PA); e a língua Guarani Mbya, identificada como uma das três variedades modernas da língua Guarani, da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi - as outras são o Nhandeva ou Chiripá/Txiripa/Xiripá ou Ava Guarani e o Kaiowa. (IPHAN, s.d, s.p)

Em nenhum dos três casos, até o fechamento da presente pesquisa, os entes federativos foram comunicados oficialmente pelo Ministério da Cultura acerca da presença dessas línguas nos seus territórios e, desse modo, ainda não se podem descrever como serão

operacionalizadas as políticas públicas de reconhecimento e valorização às quais o Decreto do INDL faz menção.

De qualquer modo, sendo a diversidade linguística um bem cultural de natureza difusa, abrem-se algumas possibilidades de invocação de mecanismos de tutela judiciais e extrajudiciais com a finalidade de constranger o ente federativo a cumprir com a sua obrigação legal de promoção de ações que visem ao reconhecimento e à valorização das línguas existentes em seus territórios. É sobre estes mecanismos de tutela que passaremos a dissertar.

2.4.2. Mecanismos de tutela para a defesa da diversidade linguística como bem jurídico de natureza difusa.

O parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição da República atribui as responsabilidades pelo desenvolvimento de políticas de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, enquanto o parágrafo 4º prevê a possibilidade de punição, na forma da lei, para aqueles que ameaçarem ou provocarem dano ao patrimônio cultural.

Art. 216. [...]

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

O patrimônio cultural brasileiro é classificado, para fins de tutela jurídica, como pertencente à categoria dos bens que constituem o meio ambiente. Desse modo, ele encontra-se em harmonia com os pensamentos doutrinário e jurisprudencial brasileiros.

Mourão, ao se referir ao patrimônio cultural como parte constitutiva do meio ambiente, assim se posiciona:

O conceito jurídico de meio ambiente é indeterminado e unitário e, no Brasil, regido pelos princípios, diretrizes e objetivos que compõem a Política Nacional do Meio Ambiente. Nessa perspectiva, uma possível divisão do

meio ambiente em aspectos significativos, não olvidando o propósito maior que é tutelar a vida saudável, é a seguinte, que leva em conta quatro tipos: meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. (MOURÃO, 2009, 17).

Classificado o patrimônio cultural como parte integrante do conceito de meio ambiente cultural, torna-se possível, silogisticamente, integrá-lo à categoria dos bens de natureza difusa e, estendendo ainda mais o raciocínio, podemos assumir, conforme já o fizemos anteriormente, que a diversidade linguística brasileira é parte integrante do patrimônio cultural imaterial e, portanto, como bem de interesse difuso.

Prova inequívoca da natureza jurídica difusa da diversidade linguística pode ser encontrada no edital de chamamento público do Ministério da Justiça, disponível no endereço eletrônico <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/anexos/edital-de-chamamento-publico-2015-final-13-05-2015.pdf>>, no qual o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) elenca, dentre as possibilidades de participação no certame, estudos acerca do patrimônio cultural brasileiro que envolvam propostas que contemplem:

Diversidade linguística: projetos que promovam a produção de conhecimento sobre as línguas minoritárias faladas no Brasil, por meio de inventários, documentação audiovisual, interfaces digitais e publicações, em especial utilizando-se como suporte o Guia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, a partir das seguintes categorias: línguas indígenas, línguas de imigração, línguas crioulas e línguas afrobrasileiras. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015, s/n)

Com o fito de consolidar o raciocínio acerca da natureza de bem difuso da diversidade linguística, servimo-nos do conceito de interesse difuso que nos é apresentado por Rodolfo Mancuso:

[...] são interesses metaindividuais, que, não tendo atingido o grau de agregação e organização necessário à sua afetação institucional junto a certas entidades ou órgãos representativos dos interesses já socialmente definidos, restam em estado fluido, dispersos pela sociedade civil como um todo, podendo, por vezes, concernir a certas coletividades de conteúdo numérico indefinido. Caracterizam-se: pela indeterminação dos sujeitos, pela indivisibilidade do objeto, por sua intensa litigiosidade interna e por sua tendência à transição ou mutação no tempo e no espaço. (MANCUSO, 2013, 152).

Se pensarmos em alguns mecanismos previstos na Constituição da República e que possam ser utilizados para operacionalizar a tutela da diversidade linguística como bem de natureza difusa, podemos claramente destacar dois: a ação civil pública e a ação popular.

A ação civil pública foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro através da Lei nº 7.347/85 e, na Constituição de 1988, foi novamente prevista a partir do inciso III do Art. 129. No âmbito do seu escopo de proteção encontram-se os bens relacionados ao meio ambiente e aqueles de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Pela lição de Mazzilli (2015), ratificamos a proteção do patrimônio cultural no escopo da lei da ação civil pública.

A lei admite que, por meio da ação civil pública, seja promovida a defesa em juízo dos interesses de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico – valores estes que integram o chamado patrimônio cultural. Naturalmente, o cabimento da ação civil pública não exclui a possibilidade de ajuizamento de ação popular, e, até mesmo, não exclui o cabimento de ação de responsabilidade movida diretamente pelos próprios lesados, se for o caso. (MAZZILLI, 2015, 214).

No que diz respeito à ação popular, Soares (2015) entende que se trata de

[...] instrumento pelo qual qualquer cidadão pode “anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural”. Esta ação está prevista na Constituição de 1988 e já era regulamentada desde 1965 (no período da ditadura militar). Na ação popular, o direito amparado é o da coletividade, embora o autor da ação esteja no exercício do seu direito individual de acesso à justiça. Atualmente é um remédio jurídico constitucional que legitima o cidadão como defensor do patrimônio público perante o judiciário.

A constituição ampliou o objeto da ação popular para a defesa de outros direitos fundamentais, como o patrimônio histórico e cultural. Com isso, há espaço para a intervenção direta do cidadão, em verdadeira possibilidade do exercício da cidadania participativa [...]. (SOARES, 2015, 38).

Quando analisamos as áreas que buscam trabalhar as questões dos direitos linguísticos no Brasil, podemos pensar que, mesmo que de forma insuficiente, já há iniciativas que se desenvolvem no campo da pesquisa acadêmica, da militância dos grupos minoritários que têm a intenção de proteger as suas línguas, e até mesmo na atuação legislativa, por meio da elaboração de algumas políticas públicas com vistas à proteção das línguas como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro. O único campo no qual ainda há muito por ser feito é a

busca da efetivação dos direitos através da esfera judicial. Pensamos que a ação civil pública e a ação popular se constituem em dois instrumentos processuais previstos constitucionalmente, que podem representar uma nova fronteira de atuação para aqueles que estão diretamente envolvidos com a questão da proteção da diversidade linguística brasileira através de tutela judicial de todas as categorias linguísticas que são definidas pelo Guia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

Capítulo III

O DIREITO DOS GRUPOS LINGUÍSTICOS

Conforme delimitamos previamente, uma das possibilidades de abordar a questão dos direitos linguísticos nos conduz a verificar que, no caso desses direitos, o objeto jurídico a ser tutelado pelo Estado não precisa necessariamente tratar-se de uma língua ou um conjunto de línguas que coexistam em um determinado espaço geográfico, pois esse viés diz respeito ao que classificamos, no capítulo anterior, como sendo pertencente ao direito das línguas. Pode, porém, tratar da garantia de que as pessoas e os grupos possam usufruir do direito de utilizar suas próprias línguas em situações sociais marcadas pela formalidade ou pela informalidade. Este é o aspecto dos direitos linguísticos que abordaremos neste capítulo.

A positivação de normas explícitas, constitucionais ou infraconstitucionais, que visavam assegurar direitos linguísticos aos grupos falantes de línguas, minoritárias ou não, não se configura em uma inovação no universo jurídico. Se tomarmos exclusivamente a história do constitucionalismo no mundo, por exemplo, não se constituiria um desafio impossível encontrar constituições que possuíam algum tipo de dispositivo normativo que teve com o fito de regulamentar direitos e obrigações em relação aos direitos linguísticos no âmbito dos Estados, dos grupos ou mesmo dos indivíduos. Assim ocorreu, por exemplo, com os processos de constitucionalização de direitos linguísticos nas Constituições Alemã de Weimar, em 1919, e da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1936.

Há, entretanto, conforme desenvolvido no primeiro capítulo deste estudo, um marco histórico significativo para o direito dos grupos linguísticos que foi a inclusão destes direitos no privilegiado catálogo dos direitos humanos, a partir de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os dois principais aspectos que este processo fomentou no tratamento dos direitos linguísticos, mais especificamente em relação aos direitos dos grupos linguísticos, foram:

- a. A atribuição de um conjunto de características¹¹ atinentes aos direitos humanos, a exemplo da proibição do retrocesso e da primazia da norma mais favorável.
- b. A inserção da pauta dos direitos linguísticos nos Estados nacionais, considerando-os como norma de direito fundamental.

São vários os exemplos de países em cujas constituições foram inseridas normas com a finalidade de garantir direitos linguísticos aos seus nacionais. Estas normas constitucionais desdobraram-se em um conjunto de políticas que visam proporcionar aos indivíduos e aos grupos o uso das suas línguas maternas em diversas situações sociais, oficiais ou não. Neste ponto, o Brasil apresenta-se como uma das nações mais atrasadas do mundo em matéria de direitos linguísticos, havendo em sua história momentos nos quais se fomentou, de forma intencional, o desaparecimento de línguas faladas em seu território. Apresentamos, conforme nos mostram Russell e Cohn (2012), alguns exemplos de nações em cujas constituições há menção explícita aos direitos dos grupos linguísticos:

Áustria – Desde a promulgação da sua lei constitucional em 1867, através do seu artigo 9, é garantido o direito de uso, manutenção e desenvolvimento das línguas minoritárias a todos os grupos étnicos, de maneira que, regionalmente, são garantidos direitos linguísticos nos domínios da educação, com possibilidades de que estes recebam educação em suas línguas maternas e possam aprender a língua majoritária do Estado como segunda língua, caso assim desejem.

Finlândia – A constituição finlandesa de 1919 veda explicitamente, na sua seção 17, a discriminação por motivos linguísticos. Apesar de alçar o finlandês e sueco como suas línguas oficiais, o direito de utilização das línguas minoritárias aplica-se em um vasto conjunto de possibilidades sociais, tal qual o uso da própria língua em juízo e nos demais órgãos públicos.

Paraguai – Além do espanhol, o guarani, que é língua originária falada por um grande quantitativo de cidadãos paraguaios, principalmente na fronteira com o Brasil, foi declarada

¹¹ Portela (2011) apresenta algumas das características inerentes aos direitos humanos em uma lista que não se configura como rol exaustivo, podendo, desse modo, haver acréscimos dessas características com o transcurso do tempo. São elas: universalidade, inerência, transnacionalidade, historicidade e proibição do retrocesso, indisponibilidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade; imprescritibilidade; indivisibilidade; interdependência; complementariedade; primazia da norma mais favorável e caráter não exaustivo das listas de fatores de discriminação.

língua oficial do Estado paraguaio. Como consequência direta dessa decisão, foi criada a Secretaria de Políticas Linguísticas do Paraguai, que possui a incumbência de promover ações e políticas públicas que sejam capazes de aumentar o leque de direitos linguísticos para as populações falantes de línguas minoritárias, em especial, das línguas indígenas.

Índia – A situação da Índia no conjunto dos países plurilíngues é *sui generis*. Detentora de uma invejável diversidade linguística, possui aproximadamente 1500 línguas faladas em seu território e, apesar de declarar o hindi e o inglês como línguas oficiais usadas nas comunicações do Estado em todo o seu território, oficializou também outras 22 línguas que podem ser utilizadas em caráter regional.

3.1. Minorias e minorias linguísticas

Nos estudos em políticas linguísticas, quando se discute a possibilidade de assegurar direitos linguísticos aos indivíduos e aos grupos, há uma concentração natural de olhares para os falantes das línguas minoritárias/minorizadas, pela clara situação de vulnerabilidade que estes falantes vivenciam quando comparados aos falantes das línguas oficiais de um determinado Estado. A definição de minorias e de minorias linguísticas, por se configurar em um conceito de difícil visualização, ocupa um aspecto central nos estudos das políticas linguísticas, na sociologia da linguagem e no direito.

Pensar a noção de minoria no conjunto dos estudos sociológicos nos remete, dentre outros autores, ao estudo realizado por Elias (2000), no qual se buscou compreender as relações de poder compreendidas a partir da observação de uma pequena comunidade inglesa. Para Norbert Elias, em qualquer cenário social, há grupos que se apropriam do poder e grupos que são aliados deste. Aos primeiros, Elias convencionou chamar de grupo estabelecido, enquanto que os segundos, chamou-os de *outsiders*. Observando a dinâmica entre os grupos estabelecidos e os *outsiders* desta pequena comunidade inglesa, Elias nos apresenta o seguinte:

O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles (os *outsiders*) e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo. [...] os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos

outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos “inferiores” se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores. (ELIAS, 2000, p. 19).

Séguin (2002), buscando uma classificação de minorias que pudesse contemplar olhares jurídicos mais balizados, ampara-se na tipologia apresentada por Wucher (2000), que subdivide a noção de minorias em duas espécies distintas, a saber: *minorities by force* e *minorities by will*.

Na acepção de Wucher (2000), as *minorities by force* são aquelas que, apesar de encontrarem-se inferiorizadas em relação à maioria da população de um determinado território, aspiram não ser discriminadas por esta sociedade e, para além disso, desejam também ser assimiladas pela maioria. Não há, segundo a pesquisadora, o intuito de preservação identitária, mas apenas a vontade de serem aceitos.

As *minorities by will* também se encontram em posição de desvantagem no conjunto do tecido social, entretanto, não lhes convêm apenas atingir o estágio da não discriminação. Estes grupos requerem que sejam adotadas medidas especiais que garantam a salvaguarda da sua identidade, rejeitando veementemente a possibilidade de serem assimilados pela maioria da população. São minorias mais combativas, pois lutam para que as características que as tornam grupos minoritários mantenham-se acesas e preservadas no tecido social.

Ainda segundo a pesquisadora, as minorias linguísticas, juntamente com as minorias religiosas, étnicas e culturais, podem ser vistas como representantes prototípicas dessa última noção. Esta é a noção de minoria que adotaremos neste trabalho para designar os grupos linguísticos minoritários, apesar de crermos que os critérios tipológicos adotados pela autora não devam ser vistos de forma desassociada de outros fatores, a exemplo da conjuntura social e política e histórica na qual povos falantes de línguas minoritárias estejam inseridos. E, à guisa de ilustração, podemos citar os povos falantes de línguas africanas que viveram no Brasil durante o processo de abolição da escravatura. Estes homens, mulheres e crianças buscavam formas de poder se classificar na sociedade brasileira da época e uma das estratégias possíveis era o aprendizado do português, que era considerada uma língua de civilização e, portanto, capaz de proporcionar um prestígio social maior aos seus usuários. Importa ressaltar, consoante já abordamos no capítulo I dessa pesquisa, que no Brasil da transição entre os anos oitocentos e os noventa, a língua portuguesa, por sua origem

européia, era tomada como uma língua de civilização, enquanto as línguas originárias do continente africano, línguas de menor valor social.

Por serem as línguas objetos da criação cultural humana, podem ser submetidas às forças do processo civilizatório conforme nos propôs Elias (1994), quando discutia o surgimento e uso dos termos civilidade e civilização.

Conceitos como *politesse* e *civilité* tinham, antes de formado e firmado o conceito de *civilization*, praticamente a mesma função que este último: expressar a autoimagem da classe alta europeia em comparação com o outros, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos, e ao mesmo tempo caracterizar o tipo específico de comportamento através do qual essa classe se sentia diferente de todos aqueles que julgava mais simples e mais primitivos. (ELIAS, 1994, p. 54).

O africano e/ou o brasileiro afrodescendente, recém liberto da condição de escravo, na transição dos séculos XIX e XX, falantes de línguas africanas, consideradas inferiores pelos brasileiros de origem europeia e que se orgulhavam da sua língua portuguesa, buscaram, como uma de suas inúmeras estratégias para serem assimilados pela sociedade, em sua nova condição de homem livre, aprender o vernáculo português para assim poderem desfrutar de mais chances de inserção no tecido social. Não era incomum a utilização do termo “*pretoguês*” ou “língua de preto” para referir-se à maneira pela qual estes negros recém libertos entoavam a língua luso-brasileira, fato incontestado que demonstra que indivíduos buscavam a aquisição do português mas, ainda assim, eram estigmatizados pela sua própria condição étnica.

Desse modo, segundo nosso olhar, a classificação apresentada por Wucher (2000) deve ser associada a uma análise do *animus* em ser ou não assimilado existente no seio do grupo social minoritário, em relação ao grupo detentor da condição majoritária, além dos fatores sociais, políticos, econômicos e históricos que determinam este *animus*.

A própria Organização das Nações Unidas, visando dar conta de uma conceituação de minorias que pudesse amparar os objetivos das suas ações, nomeou uma subcomissão com a incumbência de, na impossibilidade de definir universalmente o que são as minorias, ao menos elencar uma série de características que pudessem ser capazes de identificar seus atributos.

A dificuldade em acordar numa definição aceitável reside na diversidade de situações em que as minorias se encontram. Algumas vivem em conjunto em áreas bem definidas, separadas da parte dominante da população, enquanto que outras se encontram dispersas pela comunidade nacional. Algumas minorias têm um forte sentido de identidade coletiva, baseada numa história cuja lembrança se encontra bem viva ou está registrada, ao passo que outras conservam apenas uma noção fragmentada de sua herança comum. Em certos casos, as minorias gozam – ou gozaram – de um considerável grau de autonomia. Noutros, não existe um passado de autonomia ou governo próprio. Alguns grupos minoritários podem exigir mais proteção do que outros, porque residem há mais tempo num país ou porque têm mais vontade de manter e desenvolver as suas próprias características.

Apesar da dificuldade em chegar a uma definição de aceitação universal, foram identificadas características das minorias, as quais, se consideradas em conjunto, abrangem a maioria das situações que envolvem estes grupos. A descrição mais habitualmente utilizada de uma minoria num dado Estado pode ser resumida como **um grupo não dominante de indivíduos que partilham certas características nacionais, étnicas, religiosas ou linguísticas, diferentes das características da maioria da população**. Para além disso, tem sido defendida a utilização de uma autodefinição, identificada como “a vontade dos membros dos grupos em questão de preservar as suas próprias características” e de serem aceitos como parte destes grupos pelos outros membros (ONU, 2008, p. 18). (Grifos nossos)

Na direção deste movimento de cada vez mais proteger os direitos das minorias, a ONU estabelece o conceito de direitos especiais das minorias e passa a elaborar, de forma sistemática, instrumentos específicos para a defesa destes direitos especiais no âmbito dos Estados, conforme vimos anteriormente quando discutimos o marco histórico dos direitos linguísticos.

Os direitos especiais das minorias não são privilégios, sendo antes concedidos para tornar possível a preservação da identidade, das características e das tradições das minorias. Os direitos especiais são tão importantes quanto a proibição da discriminação para alcançar a igualdade de tratamento. Só quando as minorias conseguem utilizar as suas próprias línguas, beneficiar de serviços por elas próprias organizados, assim como participar da vida política e econômica dos Estados, podem começar a alcançar o estatuto que as maiorias tomam como dado adquirido. Justificam-se as diferenças no tratamento de tais grupos, ou dos indivíduos a eles pertencentes, se aplicadas a fim de promover uma efetiva igualdade e o bem estar do conjunto da comunidade. Esta forma de ação afirmativa pode ter de ser sustentada durante um período prolongado a fim de que os grupos minoritários possam se beneficiar das vantagens da sociedade em igualdade de condições com a maioria. (ONU, 2008, p.7).

Dentre os instrumentos internacionais de direitos humanos que visam à proteção das minorias, podemos citar: a Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio; Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial; Pacto

internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais; Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos; Convenção sobre os direitos da criança; Convenção da Unesco relativa à luta contra a discriminação no campo e no ensino; Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas; e Declaração da Unesco sobre raça e os preconceitos raciais.

No conjunto desses instrumentos acima citados, a Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas é o que se dedica integralmente à defesa dos direitos das minorias, buscando estabelecer um equilíbrio entre as diversas forças determinantes de formação de grupos sociais detentores do poder e aqueles alijados e marginalizados socialmente. Assim, no conjunto dos seus elementos constitutivos, a declaração prevê que as pessoas pertencentes às minorias devem ter reconhecidos:

- a. O direito à proteção, pelo Estado, de sua existência e da sua identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e linguística.
- b. O direito de fruir a sua própria cultura, de professar e praticar a sua própria religião e de utilizar a sua própria língua em privado e em público.
- c. O direito de participar da vida cultural, religiosa, social, econômica e pública.
- d. O direito de estabelecer e de manter contatos pacíficos com os restantes membros do seu grupo e com pessoas pertencentes a outras minorias, tanto dentro do seu próprio país como além fronteiras.
- e. O direito de participar nas decisões que as afetem a nível nacional e regional.
- f. O direito de criar e manter as suas próprias associações.
- g. A liberdade para exercer os seus direitos individualmente, bem como em conjunto com outros membros do seu grupo, sem discriminação.

Para que estes direitos possam ser assegurados, o documento prevê ainda que os Estados adotem providências no sentido de que possam:

- a. Criar condições favoráveis que permitam às pessoas pertencentes a minorias manifestar as suas características e desenvolver a sua cultura, a sua língua, a sua religião, as suas tradições e os seus costumes.
- b. Dar-lhes oportunidades adequadas para aprender a sua língua materna ou para receber instrução na sua língua materna.

- c. Estimular o conhecimento da história, das tradições, da língua e da cultura das minorias existentes no seu território e garantir que as pessoas pertencentes a tais minorias tenham oportunidades adequadas para adquirir conhecimentos relativos à sociedade no seu conjunto.
- d. Permitir a sua participação plena no progresso e desenvolvimento econômico.
- e. Ter em conta os interesses legítimos das minorias no desenvolvimento das políticas e programas nacionais, bem como no planejamento e execução dos programas de cooperação e assistência.
- f. Cooperar com outros Estados nas questões relativas às minorias, nomeadamente através do intercâmbio de informações e experiências, a fim de promover a compreensão e confiança recíprocas.

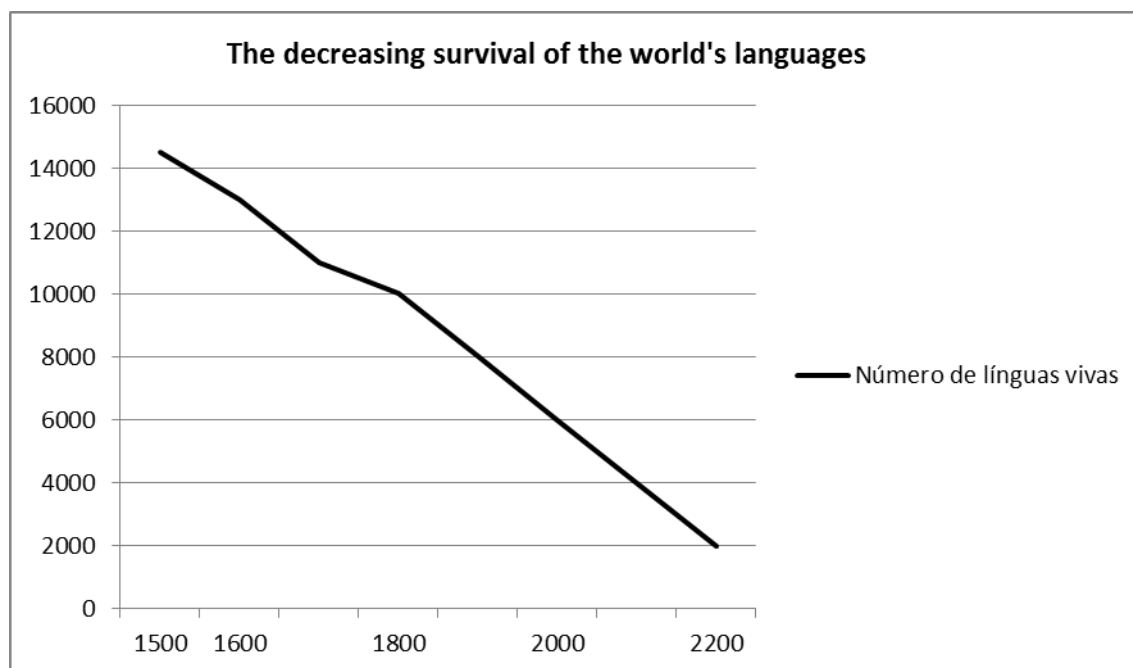
Se o tratamento genérico das minorias se revela uma tarefa deveras labiríntica, a definição de minorias linguísticas é algo ainda mais complexo de se delimitar, pois a própria definição de língua e comunidade linguística não pode ser obtida por autodeclaração, como em outras caracterizações de grupos minoritários, a exemplo das minorias étnicas e religiosas.

Para que se possa definir a existência de uma língua e, conseqüentemente, de um grupo linguístico em um território, há a necessidade de que sejam desenvolvidas análises de diversas naturezas por parte de equipes de linguistas. A autodeclaração linguística mostra-se como uma metodologia não tão eficaz, pois os limites que por vezes definem a existência de uma língua ou a existência de uma variante de língua são muito complexos e não são tangíveis para as pessoas que não possuem a qualificação necessária para tal análise. Este é o motivo pelo qual a sociolinguística deve ser considerada como um dos marcos teóricos fundamentais para o suporte ao desenvolvimento de normas que visem à proteção dos direitos dos grupos linguísticos.

Ponto de igual complexidade na elaboração de normas de direitos dos grupos linguísticos diz respeito à identificação dos grupos linguísticos que não se apresentam vinculados a algum território. É o caso específico dos grupos ciganos que, como andarilhos que são, trazem algumas dificuldades para que se pense em políticas linguísticas que se mostrem eficazes na garantia dos seus direitos.

Finalmente, a relação existente entre as línguas faladas pelos grupos minoritários e as línguas faladas pelos grupos majoritários requer urgentes intervenções estatais, sob pena, como vimos no capítulo anterior, de continuarmos pondo em risco a diversidade linguística mundial.

Gráfico 1 – O decréscimo da sobrevivência das línguas no mundo



Fonte: *The Financial Times*, 8 de novembro de 2007.

Os Estados que compõem as chamadas “fonias” (lusofonia, francofonia, hispanofonia, anglofonia), pela trajetória histórica de colonização, possuem outro aspecto problemático referente ao tratamento das suas diversidades linguísticas. Isto porque fez parte da relação colonizador X colonizados a construção de uma tradição inventada que alçou as línguas colonizadoras ao patamar de línguas de civilização e pôs as línguas nativas na condição de línguas de menor valor.

Assim, por exemplo, comportava-se o Estado espanhol no século XVII que, através de vasta legislação, intentava extinguir qualquer outro idioma que dividisse o território com a língua espanhola. Verificamos essa clara intenção nas ordens contidas na Real Cédula de 1770, do Rei Carlos III da Espanha:

[...] Para que de uma vez se llegue a conseguir el que se extingan los diferentes idiomas, de que se usa en los mismos dominios y solo se hable el Castellano como está mandado por repetidas Leyes Reales Cédulas y ordenes expedidas em al assunto, estando advertidos de que em los parages

*em que se hallen inconvenientes en su práctica deberán representármelo com justificación.[...] se pongan en práctica, y observen los médios que se refiren [...] a fin de conseguir que se destierren los diferentes idiomas que se usa em aquellos domínios, y solo se hable el Castellano*¹²

Os caminhos políticos, econômicos e sociais percorridos pelas línguas majoritárias oriundas destas fônias fizeram com que, na atualidade, elas continuassem a manter certa hegemonia territorial, bem como hegemonia numérica em relação ao quantitativo absoluto de falantes. Dessa forma, elas figuram na lista das dez línguas mais faladas no planeta, título que muitos Estados, os quais adotaram estas línguas como oficiais, orgulham-se em ostentar. Entretanto, junto a este título, recentemente, novos estudos acerca da vitalidade da diversidade linguística no mundo vêm mostrando que as dez línguas mais faladas no planeta são aquelas que mais contribuem para o genocídio linguístico (glotocídio) e, por isso, já estão sendo chamadas de *killer languages* (línguas assassinas), são elas: o chinês, o inglês, hindu, o espanhol, o árabe, o português, o russo, o bengali, o japonês e o alemão. Estas línguas representam apenas 0,15% das línguas faladas no planeta Terra, porém são detentoras de quase 50% da população mundial. Onde há uma *killer language* instalada e não há políticas de garantias de direitos linguísticos aos falantes das línguas minoritárias, a diversidade linguística é praticamente exterminada.

O cenário acima descrito tende a ficar mais alarmante se considerarmos que, ao lado das 10 maiores línguas do planeta, existem outras 290 línguas de tamanho mediano. Esse conjunto de 300 línguas abarcaria aproximadamente 95% da população falante do nosso planeta. Podemos, desse modo, ter uma noção mais clara daquilo que chamamos de minorias linguísticas visto que, ao olharmos o outro lado da moeda, deparamo-nos com o fato de que metade das línguas faladas no mundo são utilizadas por comunidades compostas por até mil usuários. O cálculo final resulta na preocupante realidade de que 25% das línguas do mundo contam com apenas 0,2% dos falantes e isso as torna extremamente vulneráveis às ações das *killer languages* ou de ações desastrosas dos Estados na elaboração de políticas linguísticas que não sejam capazes de garantir a sobrevivência das suas línguas minoritárias sem seus territórios.

¹² Real cédula de Carlos III, de 10 de mayo de 1770.

Um cristalino exemplo dessa situação pode ser encontrado aqui mesmo no Brasil. Estimativas apontavam para a existência de cerca de 1500 línguas indígenas faladas no território brasileiro por volta do período do descobrimento. Atualmente, os estudos vêm demonstrando que o Estado brasileiro é protagonista de um dos maiores gloticídios da história da humanidade, fazendo desaparecer cerca de 1300 línguas indígenas e absolutamente todas as línguas africanas que aqui existiram, principalmente no período da escravidão.

Os falantes de línguas europeias de imigração relatam que, durante o século XX, o Brasil encampou verdadeiras cruzadas com vistas ao extermínio destas línguas do território nacional, a exemplo da determinação de fechamento de escolas e proibição de que fossem faladas outras línguas em cultos religiosos e ambientes de trabalho. Sobre este aspecto, há interessante relato da pesquisa elaborada por Campos (2006), na qual mostra como se deu a política linguística de perseguição às comunidades alemãs, em Santa Catarina, na era Vargas.

No início dos anos 30, o Estado centralizou o controle do ensino, proibiu o ensino domiciliar e o uso da língua estrangeira nas aulas, fiscalizando rigorosamente as práticas escolares através dos inspetores e superintendentes. [...] Foi instituída a obrigatoriedade da frequência das crianças e jovens às escolas instaladas pelo Estado, através de um documento de “quitação escolar”. Este documento previa que a população catarinense, para ser admitida ou promovida em serviço público, para ter um contrato com o Estado, ou receber dinheiro público, deveria antes obter, da escola mais próxima de sua residência, um atestado de que suas crianças frequentavam a escola oficial. Mesmo assim, conforme documentos da época, os pais resistiam em mandar seus filhos à escola, mantendo uma rede de escolas clandestinas. [...] Na ânsia de ver rapidamente a generalização da língua nacional, a fiscalização atingiu a organização e o funcionamento das escolas de forma detalhada. Os programas de ensino foram reorganizados, como a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa [...]. (CAMPOS, 2006, p. 105).

Realidade muito próxima a esta nos é mostrada por Varennes (2013), quando aponta que em países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Taiwan, na transição entre os séculos XIX e XX, as crianças indígenas eram humilhadas nas suas escolas caso insistissem em utilizar suas línguas maternas, mesmo em conversas informais entre si. Segundo o autor, há relatos de casos nos quais as crianças eram submetidas a castigos físicos ou mesmo apanhavam dos seus professores no caso de reincidência da prática.

3.2. A natureza individual e coletiva do direito dos grupos linguísticos

Nos termos delimitados na introdução desse estudo, o direito dos grupos linguísticos pode ser classificado como pertencente à segunda dimensão dos direitos fundamentais. Isto porque clama, essencialmente, pela igualdade dos indivíduos e dos grupos falantes das línguas minoritárias em relação aos falantes de línguas que gozam de maior prestígio social.

Tove Skutnabb-Kangas e Robert Phillipson, na análise dos direitos linguísticos como direitos humanos, discutem a dupla natureza jurídica dos direitos dos grupos linguísticos e afirmam que

Observing LHRs implies at an individual level that everyone can identify positively with their mother tongue, and have that identification respected by others, irrespective of whether their mother tongue is a minority language or a majority language. It means the right to learn the mother tongue, including at least basic education through the medium of the mother tongue, and the right to use it in many of the (official) context exemplified below. It means the right to learn at least one of the official languages in one's country of residence. It should therefore be normal that teachers are bilingual. Restrictions on these rights may be considered an infringement of fundamental LHRs.

Observing LHRs implies at a collective level the right of minority groups to exist. It implies the right to enjoy and develop their languages and the right for minorities to establish and maintain schools and other training and educational institutions, with control of curricula and teaching in their own languages. It also involves guarantees of representation in the political affairs of the state, and the granting of autonomy to administer matters internal to the groups, at least in the fields of culture, education, religion, information, and social affairs, with the financial means, through taxation or grants, to fulfill these functions. Restrictions on these rights may also be considered an infringement of fundamental LHRs. (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON; 1995, p. 2)¹³.

13 Observar os DHLs implica, em um nível individual, que todos podem se identificar positivamente com a sua língua materna e ter a identificação respeitada pelos outros, independentemente de sua língua materna ser uma língua minoritária ou uma língua majoritária. Isso significa que o direito de aprender a língua materna, incluindo pelo menos o ensino básico por meio desta língua, bem como o direito de usá-la em muitos dos contextos (oficiais) exemplificados abaixo. Isso significa ter o direito de aprender pelo menos uma das línguas oficiais de seu país de residência. Deve, portanto, ser normal que os professores sejam bilíngues. Restrições a esses direitos podem ser consideradas violações dos DHLs fundamentais.

Observar DHLs implica, em um nível coletivo, o direito de grupos minoritários de existirem. Implica também o direito de desfrutar e desenvolver as suas línguas e o direito das minorias de estabelecer e manter escolas e outras instituições de formação e de educação, com o controle dos currículos e do ensino em seus próprios idiomas. Envolve também a garantia de representação nos assuntos políticos do Estado, e a concessão de autonomia para administrar questões internas aos grupos, pelo menos nas áreas de cultura, educação, religião, informação e assuntos sociais, com os meios financeiros, através de impostos e subvenções estatais, para cumprir estas funções. Restrições a esses direitos também podem ser consideradas violações do DHLs fundamentais.

Um ponto central que atinge diretamente a questão dos direitos dos grupos linguísticos diz respeito à delimitação destes direitos na esfera individual e coletiva. Nesta direção, o documento que melhor define este rol é a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, também conhecida como Declaração de Barcelona de 1996.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos da UNESCO ampara-se em um conjunto significativo de instrumentos de Direito Internacional, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; a Resolução 47/135 de 1992 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que adota a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas; a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 26 de junho de 1989, relativa aos povos indígenas em países independentes e, apesar de não possuir força vinculante em relação aos Estados Membros da ONU, tem a serventia de recomendar a estes as formas de tratamento que devem ser atribuídas às minorias linguísticas para que estas possam ter seus direitos reconhecidos e, para além deste fato, aponta, em rol não exaustivo, quais seriam estes direitos.

Em relação aos direitos linguísticos vistos sob a perspectiva individual, a Declaração prevê, em seu item 1 do Art. 3, o seguinte:

1. Esta declaração considera como direitos pessoais inalienáveis, exercidos em qualquer situação, os seguintes:
 - O direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística;
 - O direito ao uso da língua privadamente ou em público;
 - O direito ao uso do próprio nome;
 - O direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem;
 - O direito a manter e desenvolver a própria cultura.
 - E todos os direitos de conteúdo linguístico reconhecidos no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 16 de dezembro de 1966 e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da mesma data.

Ainda no Art. 3º, no item 2, o texto da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos também elenca um rol protetivo dos direitos dos grupos linguísticos sob uma perspectiva coletiva:

2. Esta Declaração considera que os direitos coletivos dos grupos linguísticos, além dos estabelecidos por seus membros no artigo anterior, também podem incluir, de acordo com as disposições do artigo 2.2:
 - O direito ao ensino da própria língua e cultura;
 - O direito a dispor de serviços culturais
 - O direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação;
 - O direito a ser atendido na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas.

Estes direitos elencados na Declaração dos Direitos Linguísticos devem, dessa forma, servir de baliza para elaboração de políticas públicas e elaborações normativas, constitucionais ou infraconstitucionais que sejam capazes de garantir o estatuto de cidadania linguística aos indivíduos e aos grupos falantes de línguas minoritárias no interior dos Estados nacionais.

3.3. O direito fundamental de utilizar a própria língua

Apesar de se constituírem como normas com raríssimas discussões doutrinárias e jurisprudenciais, a questão linguística na Constituição de 1988 é algo bastante revelador para os olhares dos pesquisadores em políticas linguísticas. O deserto dos debates pode ser claramente sentido quando se pesquisa, por exemplo, a questão das línguas brasileiras nos livros de direito constitucional, sejam aqueles livros destinados para iniciantes no mundo jurídico ou para experientes e iniciados que já transitam nos fóruns e nas pesquisas deste universo.

Quase nada se fala sobre o conteúdo jurídico do Art. 13. da Constituição Federal, que alçou a língua portuguesa à condição de língua oficial. Do mesmo modo, exíguas são as análises acerca das implicações contidas no § 2º do Art. 210 da CF/88, que garante aos índios a possibilidade de uso das suas línguas maternas em processos próprios de aprendizagem.

Outro aspecto digno de registro diz respeito ao silêncio constitucional em relação às línguas alóctones ou de imigração. Conforme vimos no capítulo anterior, nada se discute acerca do estatuto destas línguas no Brasil, o que nos revela que, apesar de serem conhecedores da realidade plurilíngue nacional por conta dos falares indígenas, os constituintes deixaram de incorporar as línguas de imigração ao acervo linguístico tratado pela constituição. Tal fato, a nosso ver, demonstra a força do mito do Estado monolíngue, nos moldes conforme tratamos no segundo capítulo deste estudo.

Chegamos, então, ao questionamento que se constitui como eixo condutor deste capítulo, bem como um dos objetivos traçados para esta dissertação: existem possibilidades reais de se extrair da Constituição da República Federativa do Brasil caminhos capazes anunciar a existência de um direito fundamental de utilizar a própria língua, conduzindo assim à garantia dos direitos das minorias linguísticas brasileiras?

Cremos que é possível vislumbrar duas possibilidades: a primeira delas oriunda de um processo hermenêutico a partir dos enunciados principiológicos contidos nos incisos I, II e III do Art. 1º; no inciso IV do Art. 3º; no inciso II do Art. 4º, e no § 2º do Art. 201, todos da CF/88. Este caminho é concebido a partir da leitura da norma contida no § 2º do Art. 5º que assegura que os direitos e garantias expressos no texto constitucional não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Sendo este caminho viável, a existência de um direito fundamental de utilizar a própria língua se constituiria como uma norma de direito fundamental implícita, a ser extraída por meio de processos hermenêuticos, a partir das normas principiológicas adotadas na Constituição brasileira, conforme nos ensina George Marmelstein.

Se não bastasse a existência de um elenco tão extenso, o constituinte brasileiro adotou um rol não exaustivo (ou seja, aberto) de direitos fundamentais. De fato, por força do art. 1º, inc. III, somado com o art. 5º, § 2º, da Constituição de 88, podem-se encontrar direitos fundamentais fora do Título II e até mesmo fora da Constituição, de modo que os direitos fundamentais não se esgotam naqueles direitos reconhecidos no momento constituinte originário, mas estão submetidos a um permanente processo de expansão. (MARMELSTEIN, 2013, p. 21).

A segunda possibilidade de verificação da existência do direito fundamental de utilizar a própria língua será palmilhada a partir da produtividade jurídica contida no § 3º do Art. 5º, inserido na Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Art. 5º [...]

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 1988, s/n).

Passemos agora à tessitura argumentativa atinente a cada uma dessas possibilidades.

3.3.1. O direito de utilizar a própria língua como um direito fundamental implícito

Dialogando diretamente com o marco jurídico-filosófico pós-positivista do Direito que apresentamos no primeiro capítulo deste estudo, o primeiro caminho que visualizamos como dotado de uma produtividade jurídico-normativa capaz de alicerçar o argumento em prol da existência do direito fundamental de uso das próprias línguas para as minorias linguísticas está contido na regra insculpida no § 2º do Art. 5º da CF/88 e leva em consideração as possibilidades hermenêuticas de extrair dos princípios constitucionais interpretações que cumpram o objetivo de reconhecer o direito das minorias linguísticas de utilizarem as próprias línguas, como um direito fundamental implícito.

Em sede de generalização, Marmelstein (2013) aponta o princípio da dignidade da pessoa humana, contido no inciso III do Art. 1º da CF/88, como caminho para a identificação dos direitos fundamentais implícitos. De fato, a dignidade humana é valor supremo que orienta todo o ordenamento jurídico nacional, norteia o processo hermenêutico por parte dos intérpretes da lei, possuindo realmente, neste caso, uma produtividade promissora na fundamentação da existência do direito fundamental implícito de utilizar a própria língua. Esta também é a visão de Jacintho (2009), que atribui à dignidade humana, como norma principiológica, um protagonismo hermenêutico e uma própria força normativa.

Conforme já explicitamos, esse papel é desempenhado pela concepção de dignidade humana, norma constitucional principiológica, a capitanear a interpretação constitucional. Também a dignidade humana pode ser considerada como um direito fundamental a prestações positivas e negativas. [...] De ver-se, pois, que a dignidade humana assume função bidimensional: é valor a indicar o caminho a ser percorrido pela hermenêutica, é norma

instituidora de direito material consubstanciado em norma-princípio ou norma-regra. (JACINTHO, 2009, pp. 33-34).

Esse protagonismo tão sedutor do princípio da dignidade humana na elaboração das estratégias discursivas de proteção das minorias em geral e das minorias linguísticas em particular, além dos grupos vulneráveis, possui, no entanto, um efeito colateral devastador, que consiste num relativo abandono do uso dos demais princípios, tão importantes quanto o da dignidade.

São claros os riscos do desgaste discursivo de se tentar buscar, quase que exclusivamente, a fundamentação para a elaboração de um discurso de proteção das minorias através da via da dignidade da pessoa humana. Obviamente existe, neste cenário, uma influência bastante severa do sucesso que o referido princípio galgou no Direito Internacional, entretanto as possibilidades de exploração das potencialidades contidas na dogmática principiológica constitucional por vezes podem se mostrar muito mais produtivas e convincentes que a visão monolítica construída a partir da dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, alguns estudos, a exemplo de Sadek (2012), começaram a utilizar-se das possibilidades oferecidas por outros princípios. Segundo a autora, os preceitos filosóficos que mais foram capazes de combater injustiças e garantir a proteção dos direitos das minorias, no caso brasileiro, foram as noções principiológicas de igualdade e cidadania.

No que diz respeito à questão da igualdade, Sadek ressalta que:

À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real. Assim, passam a ser defendidas a elaboração e a adoção de políticas que tenham por finalidade diminuir a desigualdade. Políticas afirmativas que traduzem a ideia de que cabe à lei e também ao poder público interferir na desigualdade concreta. (SADEK; 2012, 34).

A noção de cidadania guarda em si uma surpresa bastante positiva no processo de sua exegese. Primeiramente o seu caráter eminentemente mutante, adequando-se naturalmente às novas formatações da sociedade. Desse modo, é um princípio dinâmico e pancrônico que sempre demanda por mais elementos para se sentir pleno. Assim, se a ideia de minoria está intimamente ligada ao acesso limitado a diferentes direitos, pode-se dizer que os integrantes

de minorias linguísticas que não possuam seus direitos reconhecidos, garantidos e protegidos estão sempre com o seu estatuto de cidadania mitigado.

O princípio da igualdade, por sua vez, já vem sendo bastante utilizado no Brasil e pode-se até dizer que, ao lado do princípio da dignidade da pessoa humana, tem demonstrado uma produtividade riquíssima na defesa dos direitos das minorias e dos grupos vulneráveis. Desse modo, vimos experimentando interpretações acerca da igualdade que tem permitido, nas últimas décadas, assegurar que os grupos minoritários possam ser protegidos pelo Estado e comprovando a força normativa dos princípios constitucionais na resolução de casos concretos.

Este princípio possui implicações diretas tanto na esfera material quanto na processualista do nosso ordenamento jurídico. Apresenta-se como um metaprincípio ou norma principiológica, posto que regula a aplicação dos demais princípios constitucionais.

Assim, podem a cidadania e a dignidade da pessoa humana serem negativamente atingidas caso a igualdade entre grupos e/ou pessoas não seja devidamente observada.

Apesar de bastante conhecida a clássica divisão da igualdade formal e igualdade, retomamos aqui o pensamento de Herman Hesse, pela voz da pesquisadora Fernanda Duarte Lopes da Silva, ao definir estas noções:

Igualdade jurídica formal é igualdade diante da lei... Ela pede a realização, sem exceção, do direito existente, sem consideração da pessoa: cada um é, em forma igual, obrigado e autorizado pelas normalizações do direito e, ao contrário, é proibido, a todas as autoridades estatais, não aplicar direito existente em favor ou à custa de algumas pessoas. Neste ponto, o mandamento da igualdade jurídica deixa-se fixar, sem dificuldades como postulado fundamental do estado de direito. [...]
Igualdade jurídica material não consiste em um tratamento sem distinção de todos em todas as relações. Senão, só aquilo que é igual deve ser tratado igualmente. O princípio da igualdade proíbe uma regulação desigual dos fatos iguais; os casos iguais devem encontrar regra igual. A questão é, quais fatos são iguais e, por isso, não devem ser regulados desigualmente. (HESSE, apud SILVA, 2001, 38).

Silva (2013), abordando os fundamentos filosóficos de proteção às minorias, exacerba a importância da igualdade material e a subdivide em duas espécies. A primeira delas corresponde a uma política de redistribuição e a segunda, a realização de um direito à diferença que se implementaria através de políticas de reconhecimento.

No que diz respeito à proteção das minorias, em alguns poucos casos, a igualdade material redistributiva é, de per si, suficiente para reduzir as diferenças entre os que muito têm e os que nada têm. Assim, as ações afirmativas que visam integrar os egressos de escolas públicas às universidades públicas têm a sua efetividade garantida no exato momento em que se destinam 50% das vagas de um determinado curso para esta clientela e as vagas são devidamente ocupadas.

Por outro lado, algumas desigualdades se estabelecem em arenas nas quais a mera redistribuição não supre as relações de minorização que se estabelecem entre os grupos. Faz-se necessária uma nova relação de busca da igualdade material a qual, Duarte (2013) chama de igualdade de reconhecimento.

Mas a igualdade material também pode assumir outra vertente, correspondente ao ideal de justiça enquanto reconhecimento. Aqui estamos falando da igualdade orientada pelos critérios de gênero, orientação sexual, raça, etnia. A concretização deste princípio requer a adoção de medidas de enfrentamento dos preconceitos e padrões discriminatórios arraigados na sociedade. Tal orientação está na base das teorias formuladas por filósofos políticos da atualidade que têm como foco prioritário a busca pelo reconhecimento das distintas perspectivas das minorias. (DUARTE, 2013, 41).

Entendemos que não restam dúvidas que o princípio da igualdade desenvolverá um papel de protagonismo na elaboração hermenêutica de um pensamento jurídico de proteção das minorias linguísticas no Brasil.

3.3.2. O direito de utilizar a própria língua como um direito fundamental explícito

O segundo caminho que propomos para a nossa questão e que dialoga diretamente com o marco histórico sobre o qual discorreremos no início deste texto está disponível na carta constitucional brasileira desde o ano de 2004, quando através da Emenda Constitucional nº 45, foi acrescentado o § 3º ao Art. 5º. Este dispositivo permite a utilização dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos, aprovados no Congresso Nacional por *quórum* qualificado, com o mesmo status de emenda constitucional e, portanto, integrando-os diretamente ao rol não-exaustivo dos direitos fundamentais, que têm aplicação imediata, conforme o que se vê no § 1º do Art. 5º da CF/88.

Por este novo caminho, o Direito Internacional dos Direitos Humanos torna-se o caminho mais produtivo e eficaz para que os ativistas das políticas linguísticas e as próprias minorias linguísticas encontrem o embasamento jurídico necessário para elaboração de instrumentos que visem garantir os direitos linguísticos aos falantes dos grupos linguísticos minoritários. Entretanto, há ainda uma questão que merece atenção: como ficam os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil antes da Emenda Constitucional n° 45 ou que, após a emenda, não foram aprovados com o quórum exigido no § 3° do Art. 5°, mas sim por maioria simples?

Sobre este ponto, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se em 2008 entendendo que estes tratados não podem ser considerados equivalentes às emendas constitucionais, mas passarão a ter força de norma supralegal e, por esta ótica, estes tratados internacionais de direitos humanos serão dotados de uma força especial que os coloca em situação de superioridade em relação às leis infraconstitucionais tendo, por este caminho, a mesma importância normativa dos demais direitos fundamentais. Conforme lição de Marmelstein (2013), nessa situação, o tratado somente poderia ser revogado por expressa opção do constituinte derivado (por meio de emenda constitucional) ou de outro tratado ratificado posteriormente pelo Brasil.

Até a presente data, não houve tratado ou convenção internacional que verse sobre direitos linguísticos que tenha sido submetido ao regime normatizado pelo § 3° do Art. 5° da CF/88. Entretanto, o Estado brasileiro é signatário de um conjunto significativo de tratados e convenções que versam sobre tais direitos e que foram, todos eles, aprovados antes da alteração constitucional, gozando de status de norma supralegal e aptos para serem utilizados na defesa das minorias linguísticas do país.

Exemplifiquemos tal fato através da análise de um instrumento de direito internacional de direitos humanos que foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro e que possui norma afeita às questões das minorias linguísticas.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi promulgado no Brasil através do Decreto n° 592, de 6 de julho de 1992 que, em seu Art. 1°, prevê o seguinte: Art. 1° O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

No artigo 27 do referido pacto, há norma de direitos humanos e, portanto, de direitos fundamentais que interessa diretamente à defesa dos direitos das minorias linguísticas nos seguintes termos:

Art. 27. Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua. (ONU, 1966, s/n).

Não restam dúvidas, desse modo, que o Art. 27. do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos é a norma basilar de direito fundamental ao uso da própria língua no ordenamento jurídico brasileiro e, desse modo, nos termos do § 1º do Art. 5º da CF/88, possui aplicação imediata.

Esta nova fronteira jurídica que se abre para o direito dos grupos linguísticos no Brasil precisa ser intensamente explorada para que possa vir a ser materializada em novos instrumentos normativos, no âmbito da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como políticas públicas que sejam capazes de garantir a concretização desses direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa foi possível descortinar vários aspectos acerca da possibilidade de tratamento da realidade plurilíngue nacional a partir da Constituição da República Federativa do Brasil.

O ponto de partida deste estudo levou em consideração a existência de direitos linguísticos vinculados à nova ordem constitucional brasileira, bem como ao fato de ser o Brasil, desde a sua origem, um território plurilíngue.

A transição entre os séculos XX e XXI, no Brasil, foi o momento no qual os debates em torno das políticas linguísticas começaram a promover a exploração de um campo vasto de possibilidades, porém deveras árido por conta dos impactos maléficos produzidos pela tradição inventada do monolinguismo homogêneo nacional em torno da língua portuguesa.

Confluíram para o desenvolvimento deste processo de descoberta dos direitos linguísticos a inserção desses direitos no bojo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que acarretou uma intensa produção legislativa no campo do direito internacional dos direitos humanos; a mudança paradigmática ocorrida no direito brasileiro com a difusão de ideias e práticas pós-positivistas em substituição ao positivismo jurídico, o que permitiu aos operadores do direito um alargamento nas possibilidades hermenêuticas a partir dos princípios constitucionais; o fortalecimento dos estudos acerca dos direitos fundamentais no universo jurídico brasileiro e, por fim, a produção de pesquisas nas áreas das políticas linguísticas, da sociolinguística e da sociologia da linguagem, que vêm sendo responsáveis por subsidiar os argumentos utilizados na formulação das políticas públicas assecuratórias de direitos linguísticos no Brasil. Cada um destes fatores corresponde, respectivamente, ao marco histórico, aos marcos jurídico-filosóficos e aos marcos teóricos que norteiam os estudos em políticas linguísticas com ênfase na problemática dos direitos linguísticos.

Conforme apresentamos, o Brasil possui um sistema bifásico de organização dos direitos linguísticos, considerado aqui como gênero do qual derivam duas espécies: o direito

das línguas e o direito dos indivíduos e dos grupos linguísticos de utilizarem as suas próprias línguas, com ênfase, neste caso, para a defesa das minorias linguísticas.

As espécies dos direitos linguísticos diferenciam-se entre outros aspectos pelas suas naturezas jurídicas, já que o direito das línguas possui natureza majoritariamente difusa, principalmente quando a diversidade linguística nacional é tomada como parte constitutiva do patrimônio cultural imaterial do Brasil, enquanto o direito dos grupos linguísticos possui simultaneamente a natureza individual e coletiva. Para além desse fato, cumpre destacar que as espécies não se excluem mutuamente, mas, pelo contrário, mantêm uma relação de interdependência deveras elevada, de modo que alterações realizadas no âmbito do direito das línguas frequentemente geram movimentações na seara dos direitos dos grupos linguísticos.

Quando embarcamos no universo do direito das línguas, percebemos que há duas possibilidades de debates que podem ser realizadas. A primeira delas aponta para uma análise que toma como ponto de partida o fato de que, pela primeira vez na história constitucional brasileira, o constituinte originário optou pela inserção de uma norma que elevou a língua portuguesa ao estatuto de idioma oficial. O segundo viés de análise toma não apenas as línguas isoladamente, mas a diversidade linguística como um patrimônio cultural brasileiro a ser salvaguardado.

Em relação à outra espécie dos direitos linguísticos, qual seja o direito dos indivíduos e dos grupos de utilizarem as suas próprias línguas nas mais diversas situações sociais, pode-se perceber que a Constituição brasileira apresenta ao menos dois caminhos produtivos de tratamento da questão.

Um dos caminhos viáveis para abordar tal desafio é através de uma hermenêutica dos princípios constitucionais, a exemplo da dignidade humana, da cidadania e da igualdade, para garantir que os falantes das línguas minoritárias possam ter assegurados, ao menos em seus territórios, o direito de utilizar suas próprias línguas.

A segunda possibilidade remete às potencialidades dos parágrafos primeiro e terceiro do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Estes dispositivos permitem que sejam utilizados princípios e normas internacionais de direitos humanos como normas supralegais ou com o valor de emenda constitucional, respectivamente, mas ambas com status de direito fundamental.

Ansiamos para que esta pesquisa possa representar uma contribuição para o conjunto dos esforços que vêm sendo empreendidos por todos aqueles que militam na área das políticas linguísticas, em especial com a temática dos direitos linguísticos, e que venha a fomentar o debate acerca das possibilidades constitucionais de garantia desses direitos para todas as comunidades linguísticas minoritárias do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. **Os Direitos Humanos Linguísticos no cenário do Direito Internacional**. (Monografia de Graduação) – Curso de Direito da Universidade Tiradentes – UNIT, 2012.

_____. **A escolarização linguística como projeto de civilização: o ensino de língua portuguesa na província de Sergipe, na primeira metade do século XIX, através do método lancasteriano**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2011.

_____. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. In. FREITAG, Raquel Meister Ko. **Tendências teórico-metodológicas da Sociolinguística no Brasil**. São Paulo: Blucher. No prelo 2015.

_____; JACINTHO, Jussara Maria Moreno. Caminhos constitucionais para uma efetiva proteção das minorias linguísticas no Brasil. In: Guerra, Gustavo Rabay; Robl Filho, Ilton Norberto; Moraes Filho, José Filomeno de. (Orgs.). **Teoria do Estado e da Constituição**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ALMEIDA FILHO, Agassis; MELGARÉ, Plínio. **Dignidade da Pessoa Humana: fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo: Malheiros, 2010.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Atas das sessões**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, abril de 1935.

ANSARI, Iqbal A. **Reading on minorities: perspectives and documents**. Institute of Objective Studies, New Delhi, Índia, 2002.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Atas das Comissões**. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, abril de 1987.

AUROUX, Sylvian. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ÁVILA, Humberto. **A teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. São Paulo: Malheiros, 2014.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1911.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito: o triunfo tardio do Direito Constitucional do Brasil. In: SOUZA NETO, Claudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. (Coords.). **A Constitucionalização do Direito**: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a constituição do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2014a.

_____. **O novo Direito Constitucional brasileiro**: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2014b.

_____. **A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BEARZOTI FILHO, Paulo. **Formação linguística do Brasil**. Curitiba: Nova didática, 2002.

BÍBLIA. Língua Portuguesa. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Language and linguistic power**. Massachusetts: Harvard University Press, 2003.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto 7.387 de 09 de dezembro de 2010:** Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso em 10 jun 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 5692/71. Brasília : 1971.

BUNGE, Mário. **Epistemologia:** curso de atualização. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. **Linguagem, indivíduo e sociedade:** história social da linguagem. São Paulo: Edusp, 1993.

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa.** Moderna. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **História social da linguagem.** São Paulo: UNESP/Cambridge, 1997.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola, 2007.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas:** proibição de falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

CARCARÁ, Thiago Anastácio; SILVEIRA, Cristiana Maria Maia; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo Augusto de. Proteção do patrimônio cultural: o tombamento e seu entorno. In. CUNHA FILHO, Francisco Humberto; AGUIAR, Marcus Pinto; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo. **Direitos Culturais:** múltiplas perspectivas. Vol 1. Fortaleza, EDUECE, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Quinhentos anos de história linguística do Brasil.** Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Cidadania cultural:** o direito à Cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2010.

COULMAS, Florian. **The handbook of sociolinguistics**. Massachusetts: Blacwell, 1998.

COULMAS, Florian. **Linguistic minorities and literacy**. New York: Mouton Publishers, 1984.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. **Linguística, ecologia e ecolinguística**: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. **Princípios Constitucionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; AGUIAR, Marcus Pinto; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo. **Direitos Culturais**: múltiplas perspectivas. Vol 1. Fortaleza, EDUECE, 2014.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; AGUIAR, Marcus Pinto; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo. **Direitos Culturais**: múltiplas perspectivas. Vol 2. Fortaleza, EDUECE, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2014.

DOWNES, William. **Language and society**. London: Cambridge, 1998.

DUARTE, Clarice Seixas. Fundamentos filosóficos de proteção às minorias. In. JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; Magalhães, José Luiz Quadros de. **Direito à Diferença**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização. Vol 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Os estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2009.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.

FREELAND, Jane; PATRICK, Donna. **Language rights and language survival**: sociolinguistics and sociocultural perspectives. Manchester: St Jerome Publishing, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota. **Línguas gerais**: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. **África-Brasil**: caminhos da língua portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Parábola, 2012.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Direitos humanos**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o controle de convencionalidade**. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Direito internacional dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Língua e Cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

HAMEL, Rainer Enrique. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In. OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Declaração Universal dos Direitos**

Linguísticos: novas perspectivas em política linguística. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

HANKS, William F. **Língua como prática social:** das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL:** patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília, Iphan, 2014.

JACINTHO, Jussara Maria Moreno. **Dignidade humana:** princípio fundamental. Curitiba: Juruá, 2009.

JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. (Coords.) **Direito à Diferença:** aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis. Vol 1. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. (Coords.) **Direito à Diferença:** aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. Vol 2. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. (Coords.) **Direito à Diferença:** aspectos institucionais e instrumentais de proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. Vol 3. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Orgs). **Políticas da norma e conflitos linguísticos.** São Paulo: Parábola, 2011.

LAGORIO, Consuelo; ROSA, Maria Carlota; FREIRE, José Ribamar. **Políticas de línguas no novo mundo.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

LIBRARY OF PARLIAMENT. **Official language or national language:** Canada's decision. Ottawa, 2014.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A língua portuguesa e a unidade do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MACEDO, Tânia. O 'Pretuguês' e a literatura de Luandino Vieira. In. **Revista Alfa**. Vol. 36, São Paulo: UNESP, 1992.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Interesses difusos**: conceituação e legitimação para agir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2013.

MATTOS E SILVA, **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004a.

_____. **O português são dois**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004b.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Tutela dos interesses difusos e coletivos. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2014.

MELO, Gladstone Chaves de. A língua do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MELO, Rúion. (Coord.) **A teoria crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO. Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CFDD Nº 01, DE 13 DE MAIO DE 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/anexos/edital-de-chamamento-publico-2015-final-13-05-2015.pdf>>. Acesso em: 18 jun 2015.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **O português no século XXI**: cenário geopolítico e socioeconômico. São Paulo: Parábola, 2013.

MORELLO, Rosângela; SEIFFERT, Ana Paula. **Inventário da Língua Guarany Mbya**. Florianópolis: Guarapuvu, 2011.

MOURÃO, Henrique Augusto. **Patrimônio Cultural como um bem difuso: o direito ambiental brasileiro e a defesa dos interesses coletivos por organizações não governamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia, (Orgs). **Política e Políticas Linguísticas**. São Paulo: Pontes, 2013.

NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano (Coord.). **Manual de Direitos Difusos**. São Paulo: Verbatin, 2012.

NUNES, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. (Org). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O direito das minorias**. Nações Unidas, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 10 jun 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. Adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 10 jun 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 10 jun 2015.

ORLANDI, Eni P. **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. (Org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

OTTO, Écio; POZZOLO, Susanna. **Neoconstitucionalismo e positivismo jurídico: as faces da Teoria do Direito em tempos de interpretação moral da Constituição**. Florianópolis: Conceito, 2012.

PAGE, R.B. LE. **The national language question**: linguistic problems of newly independent states. London: Institute of race relation, 1966.

PAULA, Felipe de. **A (de)limitação dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

PIOVESAN, Flavia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**: incluindo noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário. Salvador: Podium, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos Direitos Humanos na ordem internacional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

RENZO, Ana Maria Di. **O Estado, a língua nacional e a construção das políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, 2012.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIOS JUNIOR, Carlos Alberto. **Direitos das minorias e limites jurídicos ao poder constituinte originário**. São Paulo: EDIPRO, 2013.

ROBINS, R.H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. In: **História Viva**. São Paulo: Global Universitária, 1985.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2002.

RUSSELL, Jesse; COHN, Ronald. **Linguistic rights**. Edinburgh: Lennex Corp., 2012.

SADEK, Maria Tereza Ana. Justiça e Direitos: a construção da igualdade. In: BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.) **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Tânia Maria dos. **O Direito à Cultura na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia.(Coords). **Igualdade, diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**: uma teoria geral dos Direitos Fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SEGUÍN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis**: uma abordagem jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SEGUÍN, Elida (Coord.). **Direito das minorias**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. **Princípio Constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação Constitucional da Cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A Constitucionalização do Direito**: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros, 2014.

SCHIER, Paulo Ricardo. Novos desafios da filtragem constitucional no momento do Neoconstitucionalismo. In: SOUZA NETO, Claudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. (Coords.). **A Constitucionalização do Direito**: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SKUTNABB – KANGAS, Tove. **Linguistic genocide in education or worldwide diversity and Human Rights**. New York: Routledge, 2008.

SKUTNABB – KANGAS; PHILLIPSON, Robert. **Linguistic Human Rights**: overcoming linguistic discrimination. Berlin; NewYork: Mouton de Gruyter, 1995.

_____; KONTRA, Miklós; VÁRADY, Tibor; PHILLIPSON, Robert. **Language**: a right and a resource – Approaching Linguistics Human Rights. Budapest: Central European University Press – CEU PRESS, 2010.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy**. London: MPG Book Group, 2004.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio da dignidade da pessoa humana**: em busca do direito justo. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Justiça e Verdade: alternativas não penais para lidar com o legado da ditadura brasileira. In: VITORELLI, Edilson (Org.). **Temas atuais do Ministério Público Federal**. Salvador: JusPodium, 2015.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; ROCA, María del Pilar. Políticas linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

SOUZA, Allan Rocha de. **Direitos Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel (Coords.). **A constitucionalização do Direito**: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy**: key topics in sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

STRECK, Lenio. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **A Constituição e o Supremo**. Brasília. Em <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaStfInternacional/portaStfSobreCorte_pt_br/anexo/constituicao_interpretada_pelo_STF.pdf> Acesso em: 15 jun 2015.

SURE, Kembo; Ogechi, Nathan O. **Linguistic Human Rights and Language Policy in the Kenyan Education System**. Adis Ababa, Ethiopia: Organization for Social Research in Eastern and Southern Africa, 2009.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TRINDADE, Otávio Augusto Drummond Cançado. **A constitucionalização do Direito Internacional**: hierarquia normativa, institucionalização e o papel de atores internos. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

TOMUSCHAT, Christian. **Human Rights**: between idealism and realism. New York: Oxford University Press, 2010.

TROUCHE, Lygia Maria Gonçalves. **O Marquês de Pombal e a implantação da Língua Portuguesa no Brasil**: reflexões sobre a proposta do Diretório de 1757. Disponível em <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm>, Acesso em: 18 de out. 2015.

UNGARO, Gustavo Gonçalves. **Responsabilidade do Estado e Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

WEE, Lionel. **Intra-language discrimination and Linguistics Human Rights**: the case of Singlish. London: Oxford University Press, 2005.

WEIS, Carlos. **Direitos humanos contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.) **Os “novos” Direitos no Brasil**: natureza e perspectivas – uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2013.

WUCHER, Gabi. **Minorias**: proteção internacional em prol da democracia. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

YU. Xing. **Language and State**: an inquiry into the progress of civilization. New York: University Press of America, 2013.